

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**A EXPERIÊNCIA DE CONVIVÊNCIA EM ADOÇÃO NACIONAL E
INTERNACIONAL: ASPECTOS MACROSSISTÊMICOS E PROCESSOS
PROXIMAIS**

ELISA AVELLAR MERÇON DE VARGAS

Dissertação de mestrado

Vitória

2012

ELISA AVELLAR MERÇON DE VARGAS

A EXPERIÊNCIA DE CONVIVÊNCIA EM ADOÇÃO NACIONAL E
INTERNACIONAL: ASPECTOS MACROSSISTÊMICOS E PROCESSOS
PROXIMAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da Universidade
Federal do Espírito Santo, como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Mestre
em Psicologia, sob orientação do Prof. Dra.
Edinete Maria Rosa

UFES

Vitória, março de 2012

Elisa Avellar Merçon de Vargas

A experiência de convivência em adoção nacional e internacional: Aspectos
macrossistêmicos e processos proximais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovado em ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Luziane Zacché Avellar
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Célia Regina Rangel Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Débora Dalbosco Dell’Aglio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Meus agradecimentos a todos que estiveram neste percurso de mestrado comigo, em especial a minha família. Aos meus pais e irmãos, pelo apoio incondicional; a minha tia querida que mais do que família sempre foi um exemplo de profissional e um apoio sempre que preciso. Agradeço a todos os meus amigos, que me aguentaram nestes anos, me deram suporte, me escutaram, me ajudaram (e muito!) nos momentos de distração, tão importantes, e que muitas vezes, mesmo estando longe, sempre se fizeram tão perto. Minha gratidão também aos mestres que estiveram presente neste caminho, nas disciplinas cursadas durante o mestrado, tanto na Universidade Federal do Espírito Santo, quanto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aos colegas de mestrado pelas trocas e discussões, que são essenciais ao aprendizado e crescimento. Ao grupo do NEPA, pela receptividade e aprendizado. Agradeço especialmente as minhas orientadoras, digo no plural, pois tive o privilégio de ter duas grandes mestres junto a mim na construção deste trabalho, a Professora Edinete Maria Rosa, e a orientadora “adotada” Débora Dalbosco Dell’Aglío. Agradeço ainda às famílias que participaram do estudo e se mostraram sempre muito disponíveis, à equipe da Vara de Infância que além de me ajudar, me permitiu o acesso a coleta dos dados e as trocas, e a todas as pessoas que me ajudaram (com traduções, transcrições, etc.). Este trabalho só foi possível por toda essa rede de apoio prático e emocional.

Sumário

Apresentação	6
Resumo.....	7
Abstract.....	8
Capítulo 1: Introdução	9
Panorama geral da adoção.....	9
A regulamentação da adoção	13
A Teoria bioecológica do desenvolvimento.....	18
Referências.....	24
Capítulo 2: Adoção nacional e internacional: Significados, motivações e processos de habilitação.....	30
Resumo.....	31
Abstract	32
Introdução	33
Método	35
<i>Participantes.....</i>	<i>35</i>
<i>Instrumentos</i>	<i>36</i>
<i>Procedimentos e Considerações Éticas.....</i>	<i>36</i>
Resultados	37
Caso 1: adoção nacional.....	37
<i>Significados da adoção.....</i>	<i>38</i>
<i>Motivação para adoção.....</i>	<i>38</i>
<i>Processo de habilitação</i>	<i>39</i>
Caso 2: adoção internacional	39
<i>Significados da adoção.....</i>	<i>40</i>
<i>Motivação para adoção.....</i>	<i>41</i>
<i>Processo de habilitação</i>	<i>41</i>
Discussão.....	43
Considerações finais.....	46
Referências.....	48
Capítulo 3: Adoção nacional e internacional: Processos proximais no período de convivência	52
Resumen.....	53

Abstract	53
Introdução	54
Método	57
<i>Participantes</i>	57
<i>Instrumentos</i>	57
<i>Procedimentos e Considerações Éticas</i>	58
Resultados	59
Caso 1: adoção nacional.....	59
<i>Processos proximais</i>	60
<i>Características pessoais</i>	61
<i>Contextos</i>	61
<i>Tempo</i>	62
Caso 2: adoção internacional	62
<i>Processos proximais</i>	63
<i>Características pessoais</i>	64
<i>Contextos</i>	64
<i>Tempo</i>	65
Discussão.....	65
Considerações finais.....	70
Referências.....	72
Capítulo 4: Considerações finais	76
Referências.....	78
Apêndices	80
Apêndice A – Pedido de autorização para pesquisa.....	80
Apêndice B – Roteiro de Entrevista sobre processo de habilitação e concepções de adoção	81
Apêndice C - Roteiro de Entrevista para o final do período de convivência	83
Apêndice D - Roteiro de Entrevista para criança a ser adotada	85
Apêndice E - Roteiro de codificação das respostas das entrevistas	87
Apêndice F - Modelo de Termo de Consentimento	89
Apêndice G - Modelo de Termo de Consentimento em inglês	90

Apresentação

Durante a graduação pude experimentar diversas atividades e convívios em espaços diferentes, dentre as quais a experiência de iniciação científica intitulada “A infância nas classes populares”. Esta me possibilitou ter contato com a temática dos direitos da criança e do adolescente, tendo sido uma vivência importante, visto ter havido aprendizado tanto prático quanto teórico, a exemplo dos estudos de campo e das discussões teóricas no meio acadêmico. A pesquisa realizada despertou o interesse de continuar estudando a temática dos direitos da criança e do adolescente, o que procurei fazer através do estágio curricular em Psicologia Jurídica.

Por meio de estágio realizado no setor psicossocial do fórum de Cariacica-ES (cidade situada na região metropolitana da Grande Vitória) tive contato com a Psicologia Jurídica no âmbito da família, visto que grande parte dos processos vinha das Varas de Família deste fórum e a maioria dizia respeito à guarda dos filhos. Assim, pude participar dos procedimentos realizados neste setor, como visitas domiciliares às famílias envolvidas nos processos judiciais, atendimentos, além da elaboração de Estudos Psicossociais. A atuação em Psicologia Jurídica proporcionou muitos questionamentos frente ao desafio de construir práticas psicológicas relacionadas à prática legal. A experiência com o trabalho de intervenção com crianças/adolescentes e suas famílias é um desafio que se coloca para a Psicologia, mas que tem se revelado como possibilidade de criação de uma atuação psicológica.

Acreditando que a temática da adoção perpassa tanto pelo âmbito da Psicologia Jurídica, das práticas psicológicas neste ambiente, como dos direitos da criança e adolescente, decidi por estudar o contexto em que se dá a adoção e as estratégias de interação de crianças e/ou adolescentes e dos adotantes em processo de adoção nacional e internacional, através do acompanhamento do período de convivência. Ademais, este é um tema ainda pouco explorado, tendo muito a contribuir para compreensão das transformações em se tratando das configurações familiares e a uma efetiva garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Resumo

Merçon-Vargas, E. A. (2012). *A experiência de convivência em adoção nacional e internacional: Aspectos macrossistêmicos e processos proximais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

As pesquisas no âmbito da adoção vêm chamando cada vez mais a atenção de pesquisadores, propiciando maior visibilidade a esta temática. Apesar dos avanços, permanecem muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente com relação às dinâmicas, estratégias de interação e adaptação que podem propiciar um ambiente familiar saudável. Tendo como base a Teoria bioecológica do desenvolvimento, o objetivo geral da dissertação foi estudar os processos proximais e os aspectos macrossistêmicos de famílias adotivas em período de convivência, através de um estudo de casos múltiplos - um caso nacional e outro internacional. Utilizou-se a metodologia da Inserção Ecológica com entrevistas, observações, visitas às famílias (no Brasil e no país de acolhida), escola e instituições de acolhimento, realizados em cerca de quatro meses. A dissertação está dividida em dois estudos. O primeiro estudo investigou os aspectos macrossistêmicos em processos de adoção. Os dados foram organizados em eixos temáticos pré-estabelecidos: significados, motivação, e processo de habilitação na adoção. Nos dois casos a adoção era percebida como uma ação voltada para o bem da criança. A motivação no caso nacional estava ligada ao conhecimento anterior das adotadas e no internacional a problemas de infertilidade. Foi necessário um maior tempo e mais documentos para habilitação na adoção internacional, além de uma maior preparação do que na nacional. Já o segundo estudo investigou os contextos e os processos proximais vivenciados pelas famílias participantes. Os dados foram organizados baseados no modelo PPCT, proposto pela Teoria bioecológica. Na adoção nacional os processos proximais foram facilitados pelo conhecimento anterior da criança/adolescente, e na internacional pela percepção do engajamento das crianças na adoção. Os processos disfuncionais no caso nacional estavam ligados a mudança de comportamento da criança mais nova, enquanto no internacional ao fato do casal italiano estar em um ambiente desconhecido. Conclui-se que os processos de adoção envolvem uma complexa inter-relação entre vários contextos e que as questões tanto macrossistêmicas, quanto dos microssistemas têm um papel importante nas crenças e práticas concernentes à adoção, o que torna o período de convivência essencial para a construção dos relacionamentos, bem como para que se propicie a criação de estratégias de interação visando uma boa adaptação familiar.

Palavras-chave: Adoção, Teoria bioecológica do desenvolvimento, Aspectos macrossistêmicos, Processos proximais.

Abstract

Merçon-Vargas, E. A. (2012). *The experience of cohabitation in domestic and international adoptions: Macrosystemic aspects and proximal processes*. Master Dissertation, Graduate Program in Psychology, Federal University of Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

Research into adoption is increasingly drawing the attention of the scholars, promoting more visibility to this thematic. Despite advances, there are still many gaps to be filled, mainly regarding dynamics, interaction strategies and adaptation that can provide a healthy family environment. Based on the Bioecological Theory of Development, the general aim of this dissertation was to study the proximal processes and macrosystemic aspects of adoptive families in the period of cohabitation, through a multiple case study – a domestic and an international case. The methodology used was the Ecological Engagement with interviews, observations, visits to the families (in Brazil and in the host country) and visits to the shelter's institutions, carried out in about four months. The dissertation is divided into two studies. The first study investigated the macrosystemic aspects in adoption processes. Data was organized in pre-established themes: meanings, motivations and qualification processes of adoptions. In both cases adoption was perceived as an action directed to the children's welfare. The motivation in the domestic case was linked to a prior knowledge of the adoptees, and in the international case to an infertility problem. It took more time and documentation to the qualification in the international adoption, as well as more preparation than in the domestic case. The second study investigated the context and the proximal processes experienced by participating families. Data was organized into themes based on PPCT model, proposed by the Bioecological Theory. In the domestic adoption the proximal processes were facilitated by the prior knowledge of the child/adolescent, and in the international adoption by the adopters' perception of children's engagement in the adoption. The dysfunctional processes in the domestic case were related to the youngest child's behavioral change, while in the international to the fact that the Italian couple was placed in an unfamiliar environment. It can be concluded that adoption processes involve a complex interplay between different contexts and that macrosystemic aspects, as well as aspects from the microsystem play an important role in the beliefs and practice concerning adoptions, which makes the period of cohabitation essential to the establishment of relationship, and to the creation of interaction strategies aiming towards a good family adaptation.

Keywords: Adoption, Bioecological Theory of Development, Macrosystemic aspects, Proximal processes.

Capítulo 1

Introdução

Panorama geral da adoção

As pesquisas no âmbito da adoção vêm chamando cada vez mais a atenção de pesquisadores nos últimos anos, o que tem propiciado maior visibilidade a esta temática, bem como permitido maior questionamento acerca do tema. A adoção é uma prática presente desde a antiguidade, o que pode ser comprovado por relatos e documentos (Maux & Dutra, 2009). Segundo Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006), é possível encontrar registros de pais que, por razões diversas, abandonaram ou entregaram seus filhos aos cuidados de outras pessoas, em diferentes épocas.

De acordo com Fonseca (2006a), historicamente a adoção não se enquadra em nenhum esquema de evolução linear, tendo sido uma instituição de grande importância na sociedade romana, teve uma decadência durante a idade média, sendo de pouca importância na Europa do século XX. Foi no período entre guerras que a adoção ganhou mais visibilidade e diversos países europeus passaram a ter uma legislação que abordasse esta questão. Assim, antes do século XX eram poucos os movimentos que debatiam a adaptação de leis sobre o ato de adotar, a despeito da grande quantidade de “crianças abandonadas”. Os filhos adotivos existiam, mas não se pensava numa legalização que fosse regularizar a sua situação.

Segundo Costa e Rosseti-Ferreira (2007), antigamente a adoção tinha como principal objetivo garantir uma descendência para casais que não podiam ter filhos. Em contrapartida, hoje a adoção seria principalmente voltada a procurar uma solução para as crianças sem convivência familiar, por meio de uma inserção em família substituta. Atualmente, segundo Reppold e Hutz (2003), a adoção pode ser pensada como a constituição de uma relação afiliativa, a qual está envolta por aspectos jurídicos, sociais e afetivos, fazendo, desta forma, com que esta se diferencie da filiação biológica.

O debate acerca da filiação adotiva tem adquirido também maior visibilidade na sociedade atual, ainda que a adoção tenha ficado por um longo período em contexto marginal. É possível observar o despontar de uma nova cultura da adoção, na qual os interesses da criança são prioridade. Para alguns autores, a adoção, atualmente, pode ser vista para além de uma filiação de segunda categoria, ou como último recurso para se ter

filhos, podendo ser definida como uma das possibilidades de se constituir família (Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2009; Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

Apesar dos avanços, é possível observar que coexistem com essa nova cultura representações sociais da adoção como “a serviço dos que não podem ter filhos” ou como o “último recurso”, sendo a adoção, ainda, de certa forma, estigmatizada e tratada com preconceito (Otuka et al., 2009). Costa e Campos (2003) afirmam, de acordo com seu estudo, que a busca por adoções clássicas ainda predomina, uma vez que a procura por crianças claras, com semelhanças físicas aos adotantes, bebês recém-nascidos e saudáveis, do sexo feminino são maiores.

No entanto, este perfil de adoção tem sofrido transformações, tanto em relação às características das crianças adotadas, pois existem poucos bebês disponíveis para adoção, além de haver uma grande quantidade de grupos de irmãos, quanto às dos adotantes, pois ainda que os casais com problemas de fertilidade sejam maioria, cada vez mais pessoas solteiras com filhos biológicos, assim como casais homossexuais, se demonstram interessados em adotar (Jones & Hackett, 2011; Palacios, 2009; Palacios & Amorós, 2006; Rosser, 2009). Ocón (2008) em seu estudo encontrou que a maioria das famílias buscava a adoção pelo desejo de constituir uma família, enquanto outras destacaram a questão da ajuda ao outro.

Segundo Palacios e Amorós (2006), a diversidade familiar tem sido reconhecida e aceita como parte de uma realidade social mais complexa. Assim, as mudanças nas práticas e políticas acarretaram novas oportunidades para crianças em situação de vulnerabilidade e também novas demandas nas formas de se conceber a família (Jones & Hackett, 2011). Schettini et al. (2006) e Sonego e Lopes (2009), sinalizam para as especificidades do contexto adotivo, bem como da parentalidade adotiva, uma vez que esta possui uma trajetória própria que precisa ser compreendida.

Com relação aos estudos sobre adoção, este é um tema bastante recente e vêm crescendo ao longo dos anos. Constatase pouca produção ainda de pesquisas sobre a temática da adoção internacional no Brasil, sendo que as poucas identificadas referem-se a estudos teóricos (Fonseca, 2006b, 2008; Mezmur, 2009; Yngvesson, 2007). Em estudos brasileiros sobre adoção, em geral, são abordadas questões como a construção da parentalidade e os vínculos em uma família adotiva, apontando, entre outras coisas, que o ser pai é visto como algo que pode ser construído constantemente (Andrade et al., 2006;

Costa & Rossetti-Ferreira 2007). A motivação e os sentimentos envolvidos em um processo de adoção são também bastante abordados nos artigos. A infertilidade aparece como uma das grandes motivações para a adoção (Andrade et al., 2006; Coimbra, 2005; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Maux & Dutra, 2009; Reppold & Hutz, 2003, Weber, 1998), sendo também abordada em estudos realizados em outros países (Ocón, 2008; Palacios, 2009; Palacios & Amorós, 2006; Peters, Atkins & McKay, 1999; Selman, 2006).

Em contrapartida, muitos dos estudos estrangeiros realizados sobre a temática da adoção internacional visam compreender a relação e os impactos entre as características das crianças adotadas - como idade, experiências pré-adoção (tempo na família biológica e de acolhimento, exposição a riscos, etc.), país de origem, etc. - e suas implicações para o desenvolvimento dessas crianças (Gleitman & Savaya, 2011; Groza & Ryan, 2002; McGuinness & Pallansch, 2007; Van den Dries, Juffer, IJzendoorn & Bakermans-Kranenburg, 2009). Outros estudos discutem os problemas de comportamentos externalizantes (agressividade, violação de normas) e internalizantes (depressão, retraimento) presentes nas crianças adotadas internacionalmente como um resultado do desenvolvimento e ajustamento na família adotiva (Harf, Taïeb & Moro, 2007; Keyes, Sharma, Elkins, Iacono & McGue, 2008). Estes resultados evidenciam a complexidade do fenômeno da adoção e indicam a necessidade de cuidado ao tomar a variável adoção em si como precursora de problemas comportamentais.

Com relação à adoção internacional, Selman (2009) aponta uma tendência de crescimento do número dessas até 2005, seguida de um declínio no número de adoções entre diferentes países. No entanto, há países, como a Itália, nos quais houve um aumento das adoções internacionais nos últimos anos, sendo que em 2007 mais de dois terços das adoções internacionais realizadas no Brasil foram pela Itália. Segundo o autor, no caso do Brasil, os números de adoção internacional diminuíram nos últimos anos devido às políticas implementadas (como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Brasil 1990), nas quais se privilegia a reinserção da criança na família, e, nos casos de adoção, dá-se preferência a adotantes brasileiros, havendo atualmente uma tendência de enviar para outros países apenas crianças com mais de cinco anos, com necessidades especiais e/ou grupo de irmãos.

Assim, pode-se afirmar que o conceito de adoção vem passando por modificações, tanto no imaginário popular, como no âmbito da legislação que a regulamenta. É

importante, então, considerar a adoção enquanto conceito e prática sócio-historicamente construídos que fazem parte dos sistemas de significados, valores e práticas de cada sociedade, os quais possuem funções sociais condizentes com tal imaginário, bem como com as leis que as regem.

Nayak (1997) afirma que a questão da colocação de crianças em família substituta deve ser considerada em seu contexto político, econômico e social, uma vez que as repercussões nacionais e internacionais da temática influenciam a vivência da sociedade neste âmbito. A situação sócio-econômica de muitos países tem se agravado, e as condições existentes nos bairros pobres, bem como um colapso do sistema de apoio, contribui para o aumento nos índices de crianças e adolescentes em situação familiar de negligência. Assim, há de se dar apoio às implementações de políticas públicas e programas que visem à redução da pobreza, da injustiça social, bem como na criação de oportunidades em educação.

Apesar dos avanços nos estudos sobre adoção, permanecem ainda muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente com relação às dinâmicas e estratégias de interação e adaptação que podem propiciar um ambiente familiar saudável. Palacios (2007) afirma que os estudos têm focado mais os resultados da adoção e as características dos envolvidos, mas pouco tem sido estudado sobre os processos que envolvem a adoção. Fuentes (2006) aponta para a necessidade de se conhecer a etapa inicial do processo de adoção a fim de que se possa pensar em propostas sócio-educativas que favoreçam e preservem o processo de integração familiar, assegurando uma adaptação positiva. São poucas as pesquisas que tem dado atenção para os fatores que propiciam resultados de sucesso em crianças adotadas (Mohanty & Newhill, 2006; Reinoso & Forns, 2010).

Os estudos de Costa e Rossetti-Ferreira (2007) e de Jones e Hackett (2011) apontam especificidades na filiação adotiva, havendo momentos de identificação e estranhamento, e uma necessidade de passar do status de estranhos para família. Segundo Berástegui (2007), um ambiente familiar de apoio, capaz de compreender, conter e regular as emoções e condutas das crianças favorecerá seu desenvolvimento e adaptação, sendo fundamental conhecer os fatores que envolvem a família que favorecem essa adaptação.

A adaptação não significa que a crise não aconteça, que não haja problemas ou que a família não tenha mudado, mas sim que a família assumiu uma rotina diária satisfatória e positiva para seus membros (Berástegui, 2007). Roberson (2006) em uma revisão de

literatura indica que os pais adotivos têm a tarefa de facilitar a adaptação à situação familiar adotiva através da utilização de estratégias que promovam um bom ajuste. No entanto a autora aponta ainda para a necessidade de mais estudos que examinem a influência das características dos pais e a correlação com as estratégias de cuidados necessários na pesquisa em adoção.

Fuentes (2006) observou em adoções internacionais que no processo de ajuste inicial quase todos os pais e mães eram capazes de valorizar em seus filhos adotivos aspectos que os satisfaziam e facilitavam este ajuste. Entre as crianças foi observado o desejo de terem um pai e uma mãe, o estado emocional positivo, e a facilidade de comunicação. Palacios e Sánchez (1996) também encontraram que a maioria das famílias adotivas considerava importante a existência de comunicação, afeto e normas. De acordo com Wagner, Mosmann, Dell’Aglío e Falcke (2010), é importante observar a consistência das práticas parentais e a presença de afetividade, sendo que o diálogo permite a manifestação de afeto e é a melhor maneira para os pais imporem os limites. De acordo com Diniz e Koller (2010), o afeto está ligado à capacidade de se estabelecer relações e vínculos, e é um elemento essencial para um desenvolvimento saudável.

Ademais, é no contexto familiar que a pessoa aprende valores individuais, habilidades sociais, etc. O suporte familiar pode ser considerado como fator protetivo para as crianças superarem as adversidades (Berástegui, 2007; Gillum & O’Brien, 2010). Dessa forma, a temática da adoção se encontra entrelaçada com a temática da família, uma vez que a adoção consiste em outra forma de filiação que não por meio biológico. Pode-se dizer, concordando com Del Valle (2004), que as constituições familiares são refletidas pelas transformações históricas de uma sociedade e isso acaba por influenciar as diversas formas de composição destas. Estudar estas transformações contribui para melhor compreensão dos comportamentos e práticas atuais. A partir dessa perspectiva, a adoção deve ser analisada em suas múltiplas dimensões, visto sofrer mudanças no decorrer do tempo, podendo, então, ser concebida como uma manifestação social constituída por diversas facetas.

A regulamentação da adoção

No que diz respeito à regulamentação da adoção no Brasil, Mariano e Rossetti-Ferreira (2008) apontam que esta pode ser considerada recente, uma vez que foi somente

no início do século passado, quando da instituição do Código Civil de 1916, que a adoção de crianças e adolescentes passou a ser regulamentada por lei, apesar de sempre ter existido como prática social nas famílias brasileiras. Segundo Bevilaqua (2007), no Código Civil de 1916 vigorava um sistema de adoção que privilegiava dar filhos aos casais que não podiam ter, sem, no entanto, enfatizar os direitos que cabiam a estes filhos adotivos. Em tal sistema, a adoção era realizada por meio de escritura pública, sem que houvesse interferência judicial. O filho adotivo não rompia o vínculo com a família biológica, podendo permanecer com seu nome de origem e com os direitos e deveres alimentícios sob a responsabilidade dos pais biológicos. Além disso, poderia ocorrer a extinção da adoção no ano depois de atingida a maioridade do adotado.

No Código de Menores de 1979 a adoção era classificada em dois tipos, a **adoção simples**, que era precedida pela guarda e um estágio de convivência em um prazo variando de um a seis meses a critério do juiz, com a intervenção do estado, sendo esta revogável; e a **adoção plena**, que era de caráter irreversível, assumindo as partes, então, o parentesco legal. Esta também era precedida de estágio de convivência por um período maior (mínimo de um ano), concedida apenas às crianças com mais de sete anos. Assim, criou-se no direito menorista (Código de Menores de 1979) o estágio de convivência, a intervenção direta do Estado, na pessoa do Juiz de Menores, com a fiscalização do juizado e do Ministério Público (Rodrigues, 1994).

A Constituição de 1988 aborda a proteção à maternidade e a infância como direitos fundamentais. Os princípios da adoção trazidos nesta Constituição dizem respeito, dentre outras coisas, à fiscalização pelo poder público das condições para que seja efetuada a colocação de uma criança ou adolescente em família substituta na modalidade da adoção; proíbe qualquer tipo de discriminação diante da filiação adotiva, no que tange aos direitos alimentícios, sucessórios, ao nome, etc. De acordo com esta legislação, o vínculo entre pais e filhos é de natureza civil, visto que os laços que os unem são determinados e regulamentados por lei (Bevilaqua, 2007).

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) em 1990, houve avanços no âmbito da adoção, que passa a ser instituída apenas em caráter pleno, irrevogável e irretratável para crianças e adolescentes com menos de 18 anos, ou maiores que já tinham convivência anterior à maioridade. Para Bento (2008), o ECRIAD surge em resposta à necessidade de mudança de paradigma, visando superar os modelos das

instituições de acolhimento sem a perspectiva de recolocação familiar, e objetivando dimensionar os direitos já estabelecidos pela Constituição. O Estatuto traz em seu bojo a Doutrina de Proteção Integral, defendida em âmbito internacional, pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se baseia na Declaração Universal dos Direitos da Criança, considerando as crianças e adolescentes como **sujeitos** de direitos, ao contrário do que acontecia no Código de Menores, que considerava as crianças e adolescentes como **objetos** de direito (Bevilaqua, 2007; Campos & Costa, 2004).

De acordo com Nayak (1997), os esforços das Nações Unidas são de proteger e promover o bem-estar da criança na sociedade. Através da Convenção dos Direitos da Criança obteve-se um grande avanço neste sentido, na medida em que é uma das convenções de direitos humanos que foi mais ratificada em toda história. Tal convenção apresenta a criança como uma pessoa que precisa de cuidados e assistência especial, assumindo a condição especial de desenvolvimento desta, acentuando, então, a importância da família e a necessidade de que a criança cresça em ambiente saudável para seu desenvolvimento.

O ECRIDAD prevê que toda criança e adolescente tenham o direito de serem criados e educados no seio de sua família, e, como medida excepcional, em uma família substituta, sendo assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (Art. 19). Desta forma, a colocação em família substituta é medida excepcional que pode ser realizada por meio de guarda, tutela ou adoção, com o objetivo de garantir o direito da criança e adolescente (que por algum motivo encontra-se impossibilitado de permanecer com sua família biológica) à convivência familiar e comunitária. Mais especificamente em relação à adoção, os artigos 39 a 52 do Estatuto dispõem que esta é uma modalidade de colocação em família substituta na qual atribui à criança ou ao adolescente a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, de filhos “naturais”, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes biológicos (Brasil, 1990).

A adoção, portanto, deve ocorrer quando apresentar reais vantagens, fundamentando-se em motivos legítimos. Para que ocorra é necessário que haja o consentimento dos pais ou representante legal, a não ser nos casos em que os pais sejam desconhecidos ou o poder familiar tenha sido destituído. No caso do adotando ter mais de 12 anos, ele deverá ser consultado. Para que a adoção se efetive há de se ter uma sentença

judicial, na qual o nome dos pais adotivos é registrado e se tenha uma nova certidão da criança ou do adolescente adotado (Maggi, 2009; Pinto & Picon, 2009).

O Art. 46 do ECRIAD dispõe que toda adoção deve ser precedida de um estágio de convivência com a criança ou adolescente a ser adotado. Este estágio de convivência consiste em um período no qual a família pretendente à adoção tem a guarda provisória das crianças e/ou adolescentes por um período determinado judicialmente de acordo com cada caso, residindo as crianças e/ou adolescentes com os requerentes à adoção neste período. No entanto, a adoção só poderá ser efetuada legalmente após visitas domiciliares e entrevistas realizadas por equipes das Varas de Infância e Juventude.

Assim sendo, o estágio de convivência tem como objetivo possibilitar uma adaptação das crianças e/ou adolescentes em uma nova situação familiar, facilitando o estabelecimento de laços afetivos entre os adotantes e adotados. Pelo fato de ser um início de estabelecimento de vínculos é necessário ser acompanhado periodicamente durante esta etapa por equipe psicossocial atuante nas instituições judiciárias responsáveis pela adoção (Associação de Magistrados do Brasil, 2009).

No caso das adoções internacionais, durante o período de convivência, a criança e/ou adolescente fica sob termo de responsabilidade dos adotantes, sendo este período cumprido em território nacional para garantir a segurança da criança e/ou adolescente a ser adotado e permitir uma verificação de conveniência ou não da adoção (Silva, 2007). Normalmente as adoções internacionais se dão através da mediação de organizações não-governamentais sediadas nos países de origem dos adotantes, devidamente regulamentadas. Tais organizações se responsabilizam por fazer uma ligação entre as autoridades judiciais brasileiras e as famílias adotantes (Arend & Macedo, 2008), sendo também responsáveis por orientações como onde se estabelecer no país durante o período de convivência.

No que tange a regulamentação da adoção internacional, o Art. 31 do Estatuto dispõe que a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção. Assim, a colocação em família substituta, seja nacional ou estrangeira, consiste em uma medida de proteção à criança ou adolescente, que deve ser aplicada sempre que os direitos destes estiverem ameaçados ou violados. De acordo com Ghirardi (2009), a adoção como medida de proteção à infância é uma maneira

legítima de garantia de que uma criança em risco social e/ou psíquico possa se desenvolver e conviver em família.

A Convenção de Haia institui mecanismos de cooperação entre os países, estabelecendo considerações importantes para que os direitos das crianças adotivas sejam efetivados. Reconhecida por vários países, representa um instrumento eficaz para uma segurança jurídica das adoções internacionais, respeitando as leis de cada país (Costa, 2000; Hague Conference on Private International Law, 2008; Montagner, 2009). De acordo com Montagner (2009), esse foi o primeiro instrumento a regular a adoção internacional, ultrapassando as fronteiras regionais, o que demonstra um interesse internacional no assunto. A Convenção, então, vem com o propósito de estabelecer uma cooperação e corresponsabilização entre os países de origem e os que acolhem as crianças.

Em agosto de 2009 foi sancionada a Lei Nacional da Adoção – lei nº 12.010/2009, mais conhecida como Nova Lei da adoção, que dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista nas leis acima citadas para a garantia do direito à convivência familiar. A lei propõe um sistema de garantia do direito à convivência familiar e comunitária, no qual é prioridade a orientação, o apoio e a promoção social da família biológica, devendo a criança permanecer junto a essa, com ressalvas a uma absoluta impossibilidade, que deverá ser demonstrada por decisão judicial fundamentada (Art. 1), ou seja, baseada em evidências claras da impossibilidade de permanência da criança na família de origem.

Com relação ao estágio de convivência, o ECRID expõe no Art. 46 que este poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo, porém, a Nova lei dispõe que a simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência. Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, de acordo com a Nova Lei, o estágio de convivência deverá ser cumprido no território nacional, e será de no mínimo 30 trinta dias, independente da idade da criança a ser adotada, havendo uma modificação em relação ao ECRID em relação ao tempo mínimo deste estágio no caso de adoção internacional, que era de no mínimo 15 dias para crianças de até dois anos e 30 dias para crianças acima de dois anos (Brasil, 1990, 2009). Cabe dizer que a Nova Lei da Adoção dispõe que uma vez concedida a guarda provisória ou o estágio de convivência, a criança ou o adolescente será entregue ao interessado, mediante um termo de responsabilidade (Brasil, 2009, Art. 167).

De acordo com a Nova Lei, no Art. 50, está disposto que a inscrição de requerentes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude. E, ainda, serão criados cadastros estaduais e nacionais de crianças e adolescentes que se encontram em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados para adoção. Os cadastros serão distintos para pessoas ou casais residentes fora do País, os quais serão consultados apenas na inexistência de requerentes habilitados nos cadastros nacionais. E, ainda, os Art. 51 e 52 abordam a adoção internacional, incorporando na lei uma série de disposições e fundamentos presentes na Convenção de Haia (Brasil, 1999, 2009). Assim, dentre outras coisas, considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil, dispondo também que a adoção internacional pressupõe a intervenção das Autoridades Centrais Estaduais e Federal em matéria de adoção internacional (Brasil, 2009). Estas são agências especializadas, reconhecidas e autorizadas (pelos órgãos governamentais nacionais e internacionais) para o serviço de adoção.

Por fim, é notável que as mudanças na legislação brasileira e internacional no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes, e mais especificamente, à adoção, vêm promovendo novas práticas, apesar de ainda coexistirem práticas ligadas a uma visão estigmatizada da adoção, havendo, assim, muito ainda a se refletir, discutir e fazer. Os estudos no âmbito da adoção são essenciais para que se compreenda como as transformações e modos de viver têm influência nos processos sociais e vice e versa. O conhecimento nesta área deve servir para a potencialização das relações que se dão entre as pessoas, assim como o favorecimento de um ambiente saudável para os envolvidos na adoção, contribuindo para que haja maior efetividade no que concerne à proteção da criança e do adolescente, fazendo com que seus direitos sejam de fato garantidos.

A Teoria bioecológica do desenvolvimento

A Teoria bioecológica do desenvolvimento, proposta por Urie Bronfenbrenner, pode ser considerada uma teoria contextualista e interacionista (Narvaz & Koller, 2004; Tudge, 2008), já que atribui grande importância a uma visão ecológica do desenvolvimento, na qual as ações dos seres humanos possuem impacto nos vários aspectos físicos e culturais responsáveis por modelar seus ambientes, tornando os seres humanos produtores ativos de seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2005/2011). De

acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998) o termo "desenvolvimento" é utilizado referindo-se à estabilidade e mudança nas características biopsicossocial do ser humano ao longo da vida e das gerações. Analisar este âmbito de interação permite observar momentos de estabilidade e instabilidade dos contextos em que as pessoas se inserem, além de interações afetivas e interpessoais (Bronfenbrenner, 1979/1996). Este processo, de acordo com Bronfenbrenner (2005/2011), se estende ao longo do ciclo vital, e é mediado pelas várias gerações e tempos históricos.

A teoria proposta por Bronfenbrenner passou por diversas reformulações ao longo de seu amadurecimento. Inicialmente, Bronfenbrenner enfatiza a importância dos contextos para o desenvolvimento humano. Em um primeiro momento, fala-se de uma “abordagem ecológica do desenvolvimento humano” (Bronfenbrenner, 1979/1996), que tem como elemento central a ideia do desenvolvimento como uma função articulada entre o indivíduo e seu contexto, tendo destaque esse último. A abordagem ecológica privilegia estudos realizados em ambientes naturais e uma análise da participação da pessoa. Focaliza o maior número possível de ambientes desta, valorizando os processos psicológicos e sua relação com as várias determinações do ambiente, sem, contudo, desconsiderar os fatores biológicos do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Com o passar do tempo, Bronfenbrenner (1989/2011) observa que muita ênfase se dava aos ambientes nos processos desenvolvimentais e pouco se falava sobre as características individuais. Assim, o processo proximal, ou seja, as interações recíprocas, ganha uma posição central em sua proposta, bem como as características individuais adquirem maior importância para a teoria – originando, então, de forma mais sistemática, a proposta de uma Teoria do desenvolvimento humano, e o Modelo bioecológico como método investigativo. Alguns conceitos são revistos e ampliados, no entanto, não há uma mudança em relação aos paradigmas iniciais e os pressupostos originais não são descartados (Bronfenbrenner & Morris, 1998). O Modelo bioecológico propõe que para compreender o desenvolvimento, devem-se considerar, principalmente, quatro níveis que se relacionam entre si, quais sejam: o **processo**, a **pessoa**, o **contexto** e o **tempo** (PPTC).

No que se refere ao **processo**, este é considerado o mais importante mecanismo responsável pelo desenvolvimento, e é visto como processos de interações recíprocas entre pessoas e seus ambientes. Tais formas de interação no ambiente são denominadas processos proximais. Assim, os processos proximais são considerados o primeiro

mecanismo produtor de desenvolvimento humano, e são formas duradouras de interação entre um indivíduo ativo e outras pessoas, objetos e símbolos que se encontram em seu ambiente externo. Este processo varia sistematicamente como uma função das características tanto da pessoa, como do contexto. Como exemplo destes processos pode-se citar o ato de alimentar e confortar um bebê, brincar com uma criança pequena, jogos em grupo ou sozinho, dentre outros. Em se tratando de investigações que utilizam a Teoria bioecológica do desenvolvimento como base, o processo proximal deve ser o foco (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Para Bronfenbrenner e Morris (1998) é importante a presença de cinco aspectos simultâneos para que este processo proximal se defina, são estes: é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade; a interação deve ocorrer com uma base regular para que se efetive; as atividades devem se desenvolver progressivamente de forma mais complexa; há de haver reciprocidade nas relações interpessoais; e deve haver estimulação da atenção, exploração, manipulação e imaginação dos objetos e símbolos presentes no ambiente imediato (Cecconello & Koller, 2003; Eschiletti-Prati, Couto, Moura, Poletto & Koller 2008).

Os processos proximais podem produzir dois tipos de efeitos: 1) competência, que diz respeito à aquisição de conhecimentos, habilidades e capacidade para conduzir e direcionar seu próprio comportamento e 2) disfunção, referente a uma manifestação recorrente de dificuldades em manter o controle e a integração de comportamentos através de situações e diferentes domínios do desenvolvimento. Estes resultados dependem dos ambientes em que acontecem (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Em relação ao componente **pessoa**, as características da pessoa são vistas como produtoras e produto do desenvolvimento. Assim, o ser humano é um ser biológico e psicológico que interage constantemente com seu contexto e é produto deste processo de interação. Este processo, por sua vez, está relacionado com a estabilidade e mudanças nas características biopsicológicas da pessoa durante o seu ciclo de vida.

Bronfenbrenner e Morris (1998) distinguem três tipos de características da pessoa como as que mais influenciam o curso do desenvolvimento através da capacidade de afetar a direção e o poder dos processos proximais. A primeira característica refere-se à **força**, a qual pode colocar o processo proximal em movimento em certo aspecto de desenvolvimento específico e sustentar o seu desenvolvimento, ou, contrariamente,

interferir ativamente, retardar ou prevenir sua ocorrência. Assim, podem-se apontar duas tendências: características do desenvolvimento geradoras e características desorganizadoras (inibidoras). As primeiras são aquelas que envolvem orientações ativas, como a curiosidade, pró-atividade e engajamento, responsividade a iniciativas de outros, etc. As inibidoras são aquelas que indicam dificuldades em manter o controle das emoções e comportamentos, incluindo características como impulsividade, explosividade, apatia, irresponsabilidade, falta de interesse nas pessoas ao redor, etc. Já os **recursos biopsicológicos** dizem respeito às capacidades, experiências, conhecimentos e habilidades necessárias para um funcionamento eficaz do processo proximal em determinado estágio de desenvolvimento. E por último, as características de **demanda** que encorajam ou desencorajam reações do ambiente social, que podem favorecer ou desfavorecer o funcionamento dos processos proximais. Como exemplo, cita-se uma aparência física atraente versus uma não atraente, ou uma hiperatividade versus uma passividade (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Outro aspecto considerado na Teoria bioecológica é o **contexto**. O ambiente tem papel decisivo no desenvolvimento, sendo compreendido em termos físicos, sociais, culturais e simbólicos. Considera a relação entre pessoa e ambiente multidirecional, com ambos se interinfluenciando. Segundo Bronfenbrenner (1977; 1979/1996), o ambiente ecológico é concebido como um arranjo aninhado de estruturas, cada uma contida na seguinte. O contexto foi dividido em quatro níveis de interação: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. O **microssistema** se refere às atividades, papéis e relações interpessoais que se dão nos ambientes frequentados pela pessoa, e nos quais estabelece relações face a face. É neste contexto que se dão os processos proximais. Os **mesossistemas** são formados pelo conjunto de microssistemas frequentados pela pessoa e nas inter-relações estabelecidas neles. Ele é ampliado sempre que uma pessoa passa a frequentar um ambiente novo (Bronfenbrenner, 1979/1996). Já o **exossistema** refere-se àqueles ambientes em que a pessoa não frequenta como participante ativo, mas que possui uma influência indireta no seu desenvolvimento. Como exemplo de exossistemas de uma criança, cita-se o trabalho dos pais, a rede de apoio social e a comunidade em que a família está inserida (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

E, por último, o **macrosistema** é composto pelo padrão global de ideologias, formas de organização social e sistemas de crenças e estilos de vida existentes nas

subculturas e culturas, presentes no dia-a-dia das pessoas e que influenciam em seu desenvolvimento. Bronfenbrenner (1989/2011), em uma revisão deste conceito, enfatiza que sua composição se dá pela união e inter-relação das características dos outros níveis do sistema (micro, meso e exossistema), particularmente no que concerne a aspectos que instigam o desenvolvimento, como sistemas de crenças, recursos, estilos de vida, etc. Dessa forma, estes níveis contextuais se encontram encaixados nesses sistemas globais. Os macrossistemas contribuem para o estabelecimento de padrões para as estruturas e atividades que ocorrem em um nível concreto, ou seja no microsistema.

O quarto componente proposto pela Teoria bioecológica é o **tempo**, que permite examinar a influência para o desenvolvimento de mudanças e continuidades que acontecem no decorrer da vida. A análise deste componente deve ter como foco a pessoa em relação aos acontecimentos da sua vida, desde os mais próximos aos mais distantes. Ele é examinado em três níveis: 1) microtempo, que se refere à continuidade e descontinuidade que ocorrem no processo proximal; 2) mesotempo, que diz respeito à periodicidade dos episódios de processo proximal, uma vez que os efeitos cumulativos deste processo propiciam resultados significativos para o desenvolvimento e 3) macrotempo, refere-se às expectativas e eventos de mudança na sociedade como um todo, como através das gerações (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

De acordo com Cecconello e Koller (2003), o Modelo bioecológico pode ser considerado um referencial teórico adequado para a realização de estudos que busquem compreender o desenvolvimento no contexto, por meio de sua proposta de interação dos seus principais componentes, na medida em que possibilita incluir vários níveis de análise, permitindo, também, analisar a influência do ambiente no processo de desenvolvimento. As autoras propõem a Inserção Ecológica como uma metodologia de pesquisa que utiliza como base a Teoria bioecológica do desenvolvimento, envolvendo a sistematização dos quatro aspectos abordados na teoria (PPCT).

A Inserção Ecológica visa avaliar os processos de interação da pessoa com o contexto em que está se desenvolvendo e surge como alternativa aos estudos psicológicos que enfatizam apenas características do indivíduo, sem apreender o processo de desenvolvimento. Sendo assim, nas pesquisas que utilizam este tipo de metodologia, como esta, o ambiente tem papel fundamental, uma vez que é nele que ocorrem os processos proximais (Eschiletti-Prati et al, 2008).

Eschiletti-Prati et al (2008) afirmam que para que haja uma validade ecológica de uma investigação que utiliza a Inserção Ecológica é importante a participação dos pesquisadores em várias atividades e não apenas na coleta propriamente dita, a fim de se estabelecer diversas formas de acesso e confirmação dos dados. Assim, faz-se essencial que se procure espaços e maneiras diversas de acesso aos dados, lançando mão de vários recursos como entrevistas, observações, diários de campo, contatos informais, dentre outras coisas, além de interagir com o ambiente, visando um contato direto com o fenômeno estudado. Na Inserção Ecológica, portanto, a coleta não se dá em apenas um momento, havendo uma combinação e integração de várias estratégias flexíveis para se obter uma validade ecológica dos dados. São estas combinações que permitem que o pesquisador entre em contato com o ambiente estudado de modo menos artificial, proporcionando um contato mais próximo com os participantes da pesquisa, possibilitando a obtenção de dados seguros (Eschiletti-Prati et al, 2008).

Tendo isto em vista, tanto a Teoria bioecológica do desenvolvimento como o método de Inserção Ecológica se mostram adequados como embasamento para a investigação no âmbito da adoção, já que o período de convivência na adoção é um fenômeno complexo e fundamental. Assim, uma compreensão dos aspectos macrossistêmicos (como no capítulo 2), se mostra importante, tendo em vista que os processos de adoção envolvem uma complexa inter-relação sistêmica entre questões simbólicas, como os valores, crenças e discursos presentes na sociedade, sem, no entanto perder de vista a inter-relação entre os vários níveis contextuais do sistema ecológico (micro, meso, exo e macrossistemas).

Ademais, a compreensão de como se estabelecem a interação e os processos proximais, através da investigação dos aspectos propostos no Modelo bioecológico (PPCT), levando em conta o desenvolvimento no contexto, possibilita apreender como as pessoas envolvidas no processo de adoção estão se desenvolvendo, quais estratégias utilizadas, propiciadoras ou não de um ambiente saudável, dentre outras coisas (proposto no capítulo 3). Dessa maneira, o objetivo geral da dissertação foi estudar os processos proximais e os aspectos macrossistêmicos de famílias em período de convivência para adoção, sendo um caso nacional e outro internacional. Os dois estudos aqui propostos são complementares, e vem a contribuir para uma maior compreensão do fenômeno e conseqüentemente para uma reflexão acerca da adoção e no que se pode implementar neste

âmbito para que estas se efetivem de maneira saudável visando a garantia dos direitos dos envolvidos e seu bom desenvolvimento.

Referências

- Andrade, R. P., Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: Um estudo de caso. *Paidéia*, 16(34), 241-252.
- Arend, S. M. F. & Macedo, F. (2008). *Adoção internacional Brasil-França (1990-2006): Traçando um perfil dos atores sociais*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil. Retirado de http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1124.pdf
- Associação de Magistrados do Brasil. (2009). *Cartilha Passo a passo: Adoção de crianças e adolescentes no Brasil*. Retirado de: <http://www.projetorecriar.org.br/main/adocao/adocaopassoapasso.pdf>
- Bento, R. (2008). Família substituta: Uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(2), 202-214.
- Berástegui, A. (2007). La adaptación familiar en adopción internacional: Un proceso de estrés y afrontamiento. *Anuario de Psicología*, 38(2), 209-224.
- Bevilaqua, F. (2007). Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Novo Código Civil. *Buscalegis*. Criança e Adolescente. Retirado de: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28388-28399-1-PB.pdf>
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069.
- Brasil (1999). *Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993*. Decreto-Lei nº 3087.
- Brasil (2009). *Lei Nacional da Adoção*. Lei Federal nº 12.010.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513-531.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. (1989/2011). A ecologia do desenvolvimento humano: Paradigma perdido ou recuperado (Trad. A. Carvalho-Barreto). In: U. Bronfenbrenner (Org.),

- Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos* (pp. 37-39). Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2005/2011). *Tornando os seres humanos mais humanos* (Trad. A. Carvalho-Barreto). In: U. Bronfenbrenner (Org.), *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos* (pp. 37-39). Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Campos, N. M. V. & Costa, L. F. (2004). A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 17(1), 95-104.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Coimbra, J. C. (2005). A demanda nos processos de habilitação para adoção e a função dos dispositivos judiciais. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 5(2), 67-78.
- Costa, T. J. M. (2000). *Adoção internacional: Aspectos jurídicos, políticos e socioculturais*. In: A Família na travessia do milênio, Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família, IBDFAM, 265-282.
- Costa, L. F. & Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: Vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 221-230.
- Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Del Valle, A. I. (2004). El futuro de la familia: La familia. *Iglesia viva: Revista de Pensamiento Cristiano*, 217, 9-26.
- Diniz, E. & Koller, S. H. (2010). O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. *Educar em Revista*, 36, 65-76.
- Eschiletti-Prati, L. E., Couto, M. C. P. P., Moura, A., Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Revisando a inserção ecológica: Uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-169.
- Fonseca, C. (2006a). *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez.

- Fonseca, C. (2006b). Da circulação de crianças à adoção internacional: Questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, 26, 11-43.
- Fonseca, C. (2008). Homoparentalidade: Novas luzes sobre o parentesco. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 769-783.
- Fuentes, P. N. (2006). Elementos de estrés percibidos por las familias adoptivas internacionales durante el ajuste inicial y estrategias utilizadas para afrontarlos. Ponencia presentada en el Primer Fórum Internacional sobre Infancia y familia, Barcelona. Resumen retirado de http://www.ciimu.org/webs/foruminternacional/pdf_cast_abstract/fuentes.pdf
- Ghirardi, M. L. A. M. (2009). A devolução de crianças adotadas: Ruptura do laço familiar. *Pediatrica Moderna*, 45(2), 66-70.
- Gillum, N. & O'Brien, M. (2010). Adoption satisfaction of black adopted children. *Children and Youth Services Review*, 32, 1656-1663.
- Gleitman, I. & Savaya, R. (2011). Adjustment of adolescent adoptees: The role of age of adoption and exposure to pre-adoption stressors. *Children and Youth Services Review*, 33(5), 758-766.
- Groza V. & Ryan S. D. (2002). Pre-adoption stress and its association with child behavior in domestic special needs and international adoptions. *Psychoneuroendocrinology*, 27(1-2), 181-197.
- Hague Conference on Private International Law (2008). The implementation and operation of the 1993 Hague intercountry adoption convention: Guide to good practice. Retirado de: http://www.hcch.net/upload/adoguide_e.pdf
- Harf, A., Taïeb, O. & Moro, M. R. (2007). Troubles du comportement externalisés à l'adolescence et adoptions internationales: Revue de la littérature. *L'Encéphale*, 33(3), 270-27.
- Jones, C. & Hackett, S. (2011). The role of 'family practices' and 'displays of family' in the creation of adoptive kinship. *British Journal of Social Work*, 41(1), 40-56.
- Keyes, M. A., Sharma, A., Elkins, I. J., Iacono, W. G. & McGue, M. (2008). The mental health of US adolescents adopted in infancy. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 162(5), 419-425.

- Maggi, N. R. (2009). A criança em situações de adoção e a clínica psicanalítica: O registro identificatório e os recursos no processo de simbolização. *Estudos de Psicanálise*, 32, 141-146.
- Mariano, F. N. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.
- Maux, A. A. B. & Dutra, E. (2009). Do útero à adoção: A experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. *Estudos de Psicologia*, 14(2), 113-121.
- McGuinness, T. & Pallansch, L. (2007). Problem behavior of children adopted from the former Soviet Union. *Journal of Pediatric Health Care*, 21(3), 171-179.
- Mezmur, B. D. (2009). Adoção internacional como medida de último recurso na África: Promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança. *SUR - Revista internacional de direitos Humanos*, 10, 82-105.
- Mohanty, J. & Newhill, C. (2006). Adjustment of international adoptees: Implications for practice and a future research agenda. *Children and Youth Services Review*, 28, 384-395.
- Montagner, A. C. B. (2009). A adoção internacional e a nacionalidade da criança adotada. *Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização*, 6(2), 399-420.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2004). O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 55-69). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nayak, N. P. (1997). *O Direito da criança crescer no seio de uma Família: Diretrizes para a adoção nacional e internacional e custódia familiar infantil*. International Social Service, Geneva (Switzerland); Swedish National Committee, Skondal; Swedish Society for International Child Welfare, Sundbyberg.
- Ocón, J. D. (2008). Aspectos psicosociales de la adopción en Andalucía. *Papers: Revista de Sociología*, 87, 207-234.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2009). A configuração dos vínculos na adoção: Uma atualização no contexto Latino-Americano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19(3), 475-486.
- Palacios, J. (2007). Después de la adopción: Necesidades y niveles de apoyo. *Anuario de Psicología*, 38(2), 181-198.

- Palacios, J. (2009). La adopción como intervención y la intervención en adopción. *Papeles del Psicólogo*, 30(1), 53-62.
- Palacios, J. & Amorós, P. (2006). Recent changes in adoption and fostering in Spain. *British Journal of Social Work*, 36(6), 921-935.
- Palacios, J. & Sánchez, Y. S. (1996). Relaciones padres-hijos en familias adoptivas. *Anuario de Psicología*, 71, 87-105.
- Peters, B. R., Atkins, M. S. & McKay, M. M. (1999). Adopted children's behavior problems: A review of five explanatory models. *Clinical Psychology Review*, 19(3), 297-328.
- Pinto, M. C. N. & Picon, P. (2009). Adoção: Proposta preliminar para uma abordagem psicoterápica cognitivo-comportamental para pais adotantes. *Revista Brasileira de Terapia Cognitiva*. 5(1), 3-17.
- Reinoso, M. & Forns, M. (2010). Stress, coping and personal strengths and difficulties in internationally adopted children in Spain. *Children and Youth Services Review*, 32(12), 1807-1813.
- Reppold, C. T. & Hutz, C. S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: Características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 25-36.
- Roberson, K. C. (2006). Attachment and caregiving behavioral systems in intercountry adoption: A literature review. *Children and Youth Services Review*, 28, 727-740.
- Rodrigues, M. S. V. S. L. (1994). *A adoção na constituição federal, o ECA e os estrangeiros*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Rosser, A. L. (2009). Reflexiones acerca del proceso psico-social de valoración de idoneidad para la adopción de menores en la comunidad Valenciana. *Revista Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, 16, 101-109.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A. & Dias, C. M. S. B. Famílias adotivas: Identidade e diferença. (2006). *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293.
- Selman, P. (2006). Trends in intercountry adoption: Analysis of data from 20 receiving countries, 1998–2004. *Journal of Population Research*, 23(2), 183–204.
- Selman, P. (2009). The rise and fall of intercountry adoption in the 21st century. *International Social Work*, 52(2), 575–594.

- Silva, C. N. V. (2007). A adoção como meio de colocação em família substituta. *Revista de Direito*, 10(12), 7-17.
- Sonego, J. C. & Lopes, R. C. S. (2009). A experiência da maternidade em mães adotivas. *Aletheia*, 29, 16-26.
- Tudge, J. (2008). A teoria de Urie Bronfenbrenner: Uma teoria contextualista? In L. V. C. Moreira & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Família e educação: Olhares da psicologia* (pp. 209-231). São Paulo: Paulinas.
- Van den Dries L., Juffer F., van IJzendoorn M. H. & Bakermans-Kranenburg M. J. (2009). Fostering security? A meta-analysis of attachment in adopted children. *Children and Youth Services Review*, 31(3), 410-421.
- Wagner, A., Mosmann, C. P., Dell’Aglia, D. D. & Falcke, D. (2010). *Família & Internet*. São Leopoldo: Sinodal.
- Weber, L. N. D. (1998). O filho universal - um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais. *Revista Direito de Família e Ciências Humanas – Caderno de Estudos*, 2, 119-125.
- Yngvesson, B. (2007). Parentesco reconfigurado no espaço da adoção. *Cadernos Pagu*, 29, 111-138.

Capítulo 2

Adoção nacional e internacional: Significados, motivações e processos de habilitação¹

Elisa Avellar Merçon-Vargas²

Universidade Federal do Espírito Santo

Avenida Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário de Goiabeiras, Cemuni VI, Vitória,
Espírito Santo, Brasil. CEP: 29075-910

elisa.amv@gmail.com

Edinete Maria Rosa³

Universidade Federal do Espírito Santo

Avenida Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário de Goiabeiras, Cemuni VI, Vitória,
Espírito Santo, Brasil. CEP: 29075-910

edineter@gmail.com

Débora DalboscoDell’Aglia⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Ramiro Barcelos, 2600 – sala 115, Santa Cecília, Porto Alegre, Rio Grande do Sul,
Brasil. CEP: 90035-003

dalbosco@cpovo.net

¹ Artigo Submetido na Revista [Psicologia & Sociedade](#).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estudo parte da dissertação do mestrado de Elisa Avellar Merçon-Vargas, bolsista CAPES.

Resumo

Este estudo investigou os aspectos macrosistêmicos em processos de adoção, através de um estudo de casos múltiplos - um caso de adoção nacional e outro internacional. Utilizou-se a metodologia da Inserção Ecológica com entrevistas, observações e visitas às famílias. Os dados foram organizados em eixos temáticos pré-estabelecidos: significados, motivação, e processo de habilitação na adoção. Nos dois casos a adoção era percebida como uma ação voltada para o bem da criança. As motivações e o processo de habilitação foram distintos, estando a motivação no caso nacional ligada ao conhecimento anterior das adotadas e no internacional a problemas de infertilidade. Foi necessário um maior tempo e mais documentos para habilitação na adoção internacional, além de uma maior preparação do que na nacional. Conclui-se que os processos de adoção envolvem uma complexa inter-relação entre vários contextos e que as questões macrosistêmicas têm um papel importante nas crenças e práticas concernentes à adoção.

Palavras-chave: adoção; motivação; processo de habilitação; macrosistema.

Abstract

This study investigated the macrosystemic aspects in the processes of adoption, through a multiple case study – a case of domestic and other of international adoption. The methodology used was the Ecological Engagement with interviews, observations and visits to the families. The data was organized in pre-established themes: meanings, motivations and qualification processes. In both cases adoption was perceived as an action directed to the children's welfare. The motivations and the qualification processes were different, the motivation in the domestic case was linked to a prior knowledge of the adoptees, and in the international case to an infertility problems. It took more time and documentation to the qualification in the international adoption, as well more as more preparation than in the domestic case. This study demonstrated that the adoptions processes involve a complex interplay between different contexts and the macrosystemic issues play an important role in the beliefs and practices regarding adoption.

Keywords: adoption; motivation; qualification process; macrosystem.

Introdução

A sociedade tem cada vez mais expandido o debate acerca da filiação adotiva. É possível observar o despontar de uma nova cultura da adoção, na qual os interesses da criança são prioridade (Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2009; Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Apesar dos avanços, ainda coexistem com essa nova cultura representações sociais da adoção estigmatizadas e preconceituosas (Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2009).

De acordo com os estudos de Costa e Campos (2003), os principais motivos para adoção são o desejo de exercer a paternidade ou maternidade, ajudar o próximo, e o projeto de adotar. A infertilidade ainda aparece com uma das grandes motivações para a adoção (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Coimbra, 2005; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Maux & Dutra, 2009; Otuka, Scorsolini-comin & Santos, 2009; Reppold & Hutz, 2003; Weber, 1998), sendo também abordada em estudos realizados em outros países (Ocón, 2008; Palacios, 2009; Peters, Atkins & McKay, 1999; Selman, 2006).

Para Costa e Campos (2003), a busca por adoções clássicas ainda predomina, uma vez que a procura por crianças claras, com semelhanças físicas com os adotantes, bebês recém-nascidos e saudáveis, e do sexo feminino prevalecem. No entanto, este perfil de adoção tem sofrido transformações, tanto em relação às características das crianças adotadas, pois existem poucos bebês disponíveis para adoção, além de haver uma grande quantidade de grupos de irmãos; quanto às características dos adotantes, já que ainda que os casais com problemas de fertilidade sejam maioria, cada vez mais pessoas solteiras com filhos biológicos, assim como casais homossexuais demonstram interesse em adotar (Jones & Hackett, 2011; Palacios, 2009; Rosser, 2009).

No Brasil, as adoções nacionais e internacionais se fundamentam e são regulamentadas basicamente nos princípios presentes na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECON; Brasil, 1990), no decreto que promulgou a Convenção de Haia (Brasil, 1999) e, mais recentemente pela lei 12.010/2009, conhecida como Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009). De acordo com estas leis, a adoção tem caráter excepcional, e a prioridade deve ser dada aos adotantes brasileiros. Portanto, inicialmente deve ser realizada uma reinserção da criança na família

de origem, mas quando isso não é possível, deve ser procurada uma família substituta no próprio país, e só posteriormente pode ocorrer uma adoção internacional.

No Brasil, podem ser habilitadas à adoção pessoas com mais de 18 anos, independentemente do estado civil, sendo que o adotando deverá ter pelo menos 16 anos a mais que o adotado (Brasil, 1990; 2009). Além disso, as adoções devem ser precedidas de um estágio de convivência, que consiste em um período no qual a família pretendente à adoção recebe a guarda provisória ou termo de responsabilidade (no caso das adoções internacionais) da criança e/ou adolescente a ser adotado. A nova lei da adoção dispõe ainda que a adoção deve ser precedida de uma preparação psicossocial e jurídica gradativa, bem como de um acompanhamento posterior, que devem ser realizados por uma equipe interprofissional. Recomenda que a preparação para adoção inclua, sempre que possível, o contato sob orientação e supervisão de uma equipe técnica com a criança/adolescente em condições de serem adotados (Brasil, 2009).

As adoções internacionais deverão se dar através da mediação de organizações sediadas nos países de origem dos adotantes, devidamente regulamentadas, a fim de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional. O credenciamento só é admitido para organizações sem fins lucrativos e por parte de países que ratificaram a Convenção de Haia (Brasil, 2009). Tais organizações se responsabilizam por estabelecer o contato entre as autoridades judiciais brasileiras e as famílias adotantes (Arend & Macedo, 2008), sendo também responsáveis por orientações como, por exemplo, onde e como permanecer no país durante o período de convivência. Isso aponta para diferenças importantes na forma como adoção nacional e internacional acontecem, o que tem consequências não só em termos judiciais, como de habilitação e preparação para adoção.

Dessa maneira, este estudo utiliza a Teoria bioecológica do desenvolvimento como base para análise dos aspectos macrossistêmicos, ou aspectos das formas de organização social e sistemas de crenças e estilos de vida. Esta teoria tem como uma das premissas básica que o desenvolvimento é uma função de forças que emanam de vários sistemas e das relações entre estes sistemas. Assim, o contexto social é considerado um importante fator na facilitação ou impedimento de processos de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996/1979; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Embora a teoria tenha passado por reformulações ao longo de seu amadurecimento, nas quais o processo proximal (processos de interações recíprocas entre pessoas e seus

ambientes) ganha uma posição central e alguns conceitos são ampliados, não há uma mudança em relação aos paradigmas iniciais e os pressupostos originais não são descartados, o que justifica uma abordagem que analise os aspectos macrosistêmicos de uma dada cultura ou subcultura (Bronfenbrenner & Morris, 1996). Bronfenbrenner (1977) sinaliza que não há nenhuma implicação de que a investigação de um nível de sistema seja mais importante do que o outro, devendo se trabalhar a partir de diferentes perspectivas e de maneiras diferentes. Uma diversidade de abordagens é importante para que se progrida na compreensão do desenvolvimento humano no contexto.

Segundo Bronfenbrenner (1977; 1996/1979), o ambiente ecológico é concebido como um arranjo aninhado de estruturas, cada uma contida na seguinte. O contexto mais amplo é denominado de macrosistema, que se refere a padrões globais, formas de organização social e sistemas de crenças e estilos de vida existentes nas subculturas e culturas. Bronfenbrenner (1989/2011), em uma revisão deste conceito, enfatiza que sua composição se dá pela união e inter-relação das características dos outros níveis do sistema (micro, meso e exossistema), particularmente no que concerne a aspectos que instigam o desenvolvimento, como sistemas de crenças, recursos, estilos de vida, etc. Dessa forma, estes níveis contextuais se encontram encaixados nesses sistemas globais. Os macrosistemas contribuem para o estabelecimento de padrões para as estruturas e atividades que ocorrem em um nível concreto, ou seja no microsistema (contextos em que as atividades, papéis e relações interpessoais se dão face a face).

A adoção é um conceito perpassado por concepções culturais, passíveis de transformações ao longo dos tempos, sendo fundamental compreender os contextos em que se insere, bem como entender seus desdobramentos na sociedade. Dessa forma, este estudo objetivou verificar a influência dos aspectos do macrosistema em um caso de adoção nacional e outro internacional, através da investigação das significações, motivações e da forma como foi realizado o processo de habilitação.

Método

Participantes

Foi utilizada a metodologia de estudo de casos múltiplos, que visa compreender fenômenos sociais complexos (Yin, 2005). O estudo de caso se destaca por sua capacidade de lidar com uma grande variedade de evidências, tais como documentos, entrevistas e

observações. O critério de seleção dos participantes foi de que já tivessem passado pelo processo de habilitação de adoção e se encontrassem em período de convivência com as crianças a serem adotadas. Os casos foram indicados pela Vara de Infância e Juventude (VIJ), de acordo com a disponibilidade de adotantes que estivessem sendo acompanhados em período de convivência. Foram selecionados dois casos de adoção (um nacional e outro internacional) com composição semelhante, de forma que alguns aspectos comuns estivessem presentes: ambos os casais estavam em processo de adoção tardia de irmãos e as crianças apresentavam a mesma faixa etária, conforme a Tabela 1 (nomes fictícios).

Tabela 1. *Caracterização dos Participantes*

	Adoção Nacional		Adoção Internacional	
Nacionalidade	Laura Brasileira	Antônio Brasileira	Cecília Italiana	Giuseppe Italiana
Idade	42 anos	36 anos	49 anos	43 anos
Profissão	Assistente social	Vigilante	Comissária da polícia do estado	Policial do estado
Crianças adotadas	Duas irmãs de 13 e 9 anos		Dois irmãos, um menino de 10 anos e uma menina de 6 anos	

Instrumentos

O presente estudo foi desenvolvido a partir de várias fontes de dados, como visitas, observações, entrevistas, análise dos processos judiciais, havendo, dessa forma, uma triangulação dos dados. Foram utilizadas ainda entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de investigar como haviam sido realizados os processos de habilitação para a adoção, bem como a motivação e significação de adoção dos adotantes. Os eixos temáticos das entrevistas foram: 1) Caracterização dos Participantes; 2) Significados da adoção; 3) Motivação para adoção; e 4) Processo de habilitação. Foi também utilizado um diário de campo para o registro das observações das visitas realizadas, que de acordo com Frizzo (2008) reflete o processo de construção do conhecimento, no qual o pesquisador incorpora suas reflexões enquanto observa.

Procedimentos e Considerações Éticas

A pesquisa atendeu as exigências das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, regida pela resolução 196/96, do Conselho

Nacional de Saúde. Foi realizado um pedido de autorização prévia ao juiz da VIJ para acesso aos processos dos casos estudados. O projeto foi aprovado por Comitê de Ética, sob protocolo número 237/10. A equipe da VIJ indicou os casos de brasileiros e estrangeiros requerentes em processo de adoção, e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar do estudo. Os termos de consentimento foram disponibilizados tanto em português como em inglês.

As entrevistas foram realizadas individualmente de acordo com a disponibilidade dos participantes, em locais e horários mais convenientes para esses. As entrevistas foram gravadas e transcritas para organização e análise dos dados. O roteiro de entrevista para os participantes estrangeiros foi disponibilizado em italiano e contou-se com uma tradutora no momento das entrevistas para facilitação do diálogo com os participantes.

As famílias foram acompanhadas por um período de cerca de quatro meses, a partir da estratégia de Inserção Ecológica (Cecconello & Koller, 2003; Eschiletti-Prati, Couto, Moura, Poletto & Koller, 2008), que incluiu observações, visitas e entrevistas. Através desta metodologia o pesquisador se insere no contexto a ser investigado, buscando uma validade ecológica e estabelecendo diversas formas de acesso e confirmação dos dados. Foram realizados cinco encontros em cada caso, alguns com a participação do casal e outros com a presença dos adotados.

Resultados

Foi realizada uma análise qualitativa dos dados, por meio de agrupamentos de sentidos emergidos do material coletado, sendo organizadas nos seguintes eixos temáticos (Yin, 2005): 1) Significados da adoção; 2) Motivação para adoção; e 3) Processo de habilitação. Cada caso será apresentado, com uma descrição inicial, e posteriormente serão apresentados os dados relacionados aos eixos temáticos de análise.

Caso 1: adoção nacional

Laura e Antônio são casados há 10 anos. Segundo ela, eles não possuem filhos biológicos por opção, cuidavam de um sobrinho desde que este tinha sete anos de idade, estando com 17 anos. Entraram com o processo de adoção das irmãs Joana (13 anos) e Roberta (nove anos) em outubro de 2009 e poucos meses depois já iniciaram o período de convivência. Quando foi realizada a coleta de dados deste estudo, o casal já estava há oito meses em convivência com as meninas. De acordo com o relato, a princípio tinham planos

de adotar apenas Roberta, com quem tinham uma relação de apadrinhamento afetivo desde 2008. Com a desistência da madrinha afetiva de Joana de adotá-la, o casal então resolveu pela adoção de ambas as irmãs.

Significados da adoção

No que diz respeito ao significado da adoção para os adotantes brasileiros, foi possível observar na fala do adotante (Antônio) que esta estaria envolta por uma questão de solidariedade, ou seja, mais voltada para dar uma família às adotadas do que uma necessidade de exercer a paternidade. A adotante (Laura) relatou ainda que além de seu trabalho envolver a instituição de acolhimento e a adoção, tinha um caso de adoção na família. Assim, uma irmã de Laura foi adotada quando criança, com a qual tinha um convívio próximo, morando esta na parte de baixo da residência do casal.

Com relação à reação dos familiares e amigos frente à adoção das irmãs, os adotantes relataram ter sido muito tranquila, pois as meninas já eram conhecidas e conviviam tanto com os familiares como com a vizinhança. Laura disse ter havido uma conversa com a família, buscando entender como seria a adoção para eles, e que em geral os familiares apoiaram a adoção. Quando as meninas foram morar na casa dos adotantes, os familiares fizeram uma festa para apresentação das meninas à família.

Quando questionado como a adoção era vista na comunidade, Antônio afirmou acreditar que não havia preconceito. Já Laura disse que, em sua opinião, apesar de haver muito preconceito ainda, alguns paradigmas de adoção presentes na sociedade em geral têm sido quebrados, principalmente no estado em que ela mora.

Motivação para adoção

A motivação para adoção no caso nacional estava diretamente relacionada com a convivência anterior com a criança mais nova pelo sistema de apadrinhamento afetivo. Assim, o casal já convivia com a criança por cerca de três anos. No caso da adolescente, a decisão pela adoção foi motivada pela desistência de adoção dela por parte de sua madrinha afetiva. Outro fator importante para a motivação foi o fato do trabalho de Laura envolver a questão do acolhimento institucional, estando, assim, a vivência da adoção muito presente na vida do casal. Além disso, por conviver numa família em que já havia caso de adoção, a adotante percebia esta questão com naturalidade.

Para Laura não havia uma necessidade de maternidade, sendo que esta questão já estaria resolvida nos cuidados que vinha dando ao sobrinho. Desta maneira, segundo ela, a aproximação das meninas, principalmente da criança mais nova, veio com a convivência, e a partir daí o casal refletiu sobre ter filhos e se propuseram a se engajar no processo de adoção.

Já com relação a alguma preferência pelas características das crianças a serem adotadas, o casal deixou claro que a adoção foi realizada especificamente para as duas irmãs, já que havia convivência anterior com as mesmas. Portanto, não entraram numa fila de espera para a adoção e não foram definidas características prévias.

Processo de habilitação

O processo de habilitação no caso de adoção nacional foi iniciado pela adotante, pelo fato dela já ter contato com a equipe técnica da VIJ, e ter conhecimento dos procedimentos jurídicos e documentos necessários. O casal passou por três entrevistas com a equipe técnica e mais uma entrevista junto com as meninas a serem adotadas. Em um momento seguinte, as meninas passaram o período de férias com o casal, para uma experiência, e logo depois eles receberam a guarda provisória, tendo início o período de convivência para a adoção.

Ao serem questionados se houve algum momento de preparação ou orientação para a adoção, os adotantes afirmaram que apenas participaram das entrevistas com a equipe técnica da VIJ. Laura apontou que não houve dificuldades no processo, pois se tratava de uma adoção tardia, não sendo necessária a espera na fila de adoção. Cerca de seis meses após a abertura do processo, já foi iniciado o período de convivência do casal com as adotadas.

Caso 2: adoção internacional

Cecília e Giuseppe são de nacionalidade italiana, casados há 13 anos. Não possuem filhos biológicos, pois, segundo relataram, suas tentativas resultaram em abortos espontâneos, que causavam sofrimento psicológico. Haviam entrado com o processo de adoção há cerca de três anos e meio e buscaram a adoção internacional por esta normalmente durar menos tempo que a nacional na Itália. A adoção foi intermediada por uma Organização Não Governamental. Ao receberem a notícia de que havia duas crianças saudáveis (irmãos), Patrick (10 anos) e Bárbara (seis anos), disponíveis para adoção,

decidiram que queriam adotá-las antes mesmo de ver suas fotos. No momento das visitas e entrevistas estavam em período de convivência no Brasil, que teve duração de cerca de dois meses.

Significados da adoção

Na opinião do adotante (Giuseppe) adotar é fazer algo por alguém, principalmente pelas crianças e depois porque é bom formar uma família. Para a adotante (Cecília) a adoção é assumir com responsabilidade uma filiação que é para sempre, compreendendo que o filho é outra pessoa, que tem seu jeito de ser, caráter e história. Assim, adotar é criar, ajudar a crescer, dar segurança, mostrar valores e acompanhar o filho ao longo do tempo com amor, mas respeitando-o pelo o que ele é.

Segundo Giuseppe, a adoção na Itália é vista de forma positiva, uma vez que consideram um dos países que mais investe na solidariedade. No entanto, Cecília citou que, pelo fato de ter havido muita imigração no país nos últimos tempos, o preconceito racial tem aumentado, sobretudo nas classes mais populares, mas que em geral não há preconceito com crianças negras.

Relataram ter contato com outros casais que adotaram internacionalmente, tanto amigos, como casais que deram seu relato positivo nos encontros da instituição que participam para adoção, o que certamente facilitou para que tomassem a decisão. De acordo com o casal, houve apoio dos familiares e amigos para a adoção, tendo estes se mostrado entusiasmados e contentes com a decisão desde o início. Disseram que alguns familiares e amigos estavam participando do momento de preparação para adoção e estavam dando suporte ao casal.

Com relação à busca de adoção no Brasil, o casal relatou que não entraram em um processo de adoção especificamente para crianças brasileiras, havendo várias possibilidades de nacionalidades, mas tinham preferência por países latinos, pelo fato de ser mais fácil interagir. Também conheciam um casal que havia adotado no Brasil e tinha uma boa experiência. Para eles seria complicado adotar uma criança de uma cultura muito diferente como a chinesa, não pelos aspectos fisionômicos, mas pela mentalidade. Entendiam que teriam mais segurança para a interação com crianças latinas, com as quais poderiam se comunicar mais facilmente, além de que uma transição para a cultura italiana se daria de maneira mais tranquila.

Cecília afirmou, ainda, que tinham algumas restrições quanto a crianças do leste europeu, na medida em que considerava uma cultura muito rígida e dura com as crianças institucionalizadas, temendo que esta experiência pudesse ter gerado algum trauma. Buscavam, assim, uma cultura alegre, aberta, extrovertida, na qual as crianças eram tratadas com afeto, o que consideram mais próximo de sua cultura. Para ela, tais características se aplicavam ao Brasil.

Motivação para adoção

O casal relatou que inicialmente tentaram ter filhos biológicos, mas a gravidez se interrompeu em todas tentativas. A ideia da adoção surgiu, então, através do contato com pessoas que haviam adotado. Esse primeiro contato havia se dado há cerca de nove anos, existindo uma ideia de adoção entre o casal, mas não a convicção, que, para eles, foi sendo amadurecida com o tempo.

A questão da importância da maternidade apareceu na fala de Cecília, que afirmou ser preciso elaborar a questão de não ter filhos biológicos. Relatou que após tentativas em que a gravidez se interrompeu, isso começou a causar sofrimento psicológico, e apesar de nenhum médico ter conseguido dar uma explicação biológica, começou a temer que se conseguisse levar a gestação adiante, poderia não gerar filhos saudáveis. A partir do momento que considerou esta questão resolvida, passou a desejar a adoção pelo prazer que teria de ter filhos, sendo estes importantes na vida de um casal.

Em relação às preferências pelas características das crianças, contaram que inicialmente tinham a ideia de crianças menores, pois gostariam de vê-las crescendo, além de que acreditavam que a inserção em outra cultura se daria mais facilmente. No entanto, mudaram essa ideia passando a aceitar crianças maiores, desde que fosse possível transmitir alguma coisa para as crianças, como numa relação entre pais e filhos. Afirmaram ser importante que fossem crianças saudáveis fisicamente, ou em situações curáveis, pois se sentiam mais seguros para os cuidados. Demonstraram que não tinham preferência no que diz respeito às características físicas de cor, sexo, ou a ser uma criança ou um grupo de irmãos.

Processo de habilitação

Segundo o relato do casal, o processo para habilitação da adoção na Itália se iniciou com um pedido no Tribunal para a Infância, e os profissionais orientaram em relação aos

procedimentos necessários, como consultas médicas, psiquiátricas, etc. Após estes procedimentos, houve uma série de encontros com assistentes sociais e psicólogos, que duraram cerca de sete meses, gerando um relatório sobre o casal que foi apresentado ao tribunal, juntamente com os atestados médicos e uma declaração patrimonial. O tribunal, então, examinou estes documentos, emitindo, o decreto de idoneidade ao casal. Com este decreto o casal tinha um ano para buscar alguma instituição que intermediasse adoções. Tanto na Itália como no Brasil é obrigatório que as adoções internacionais sejam intermediadas por alguma instituição que esteja credenciada com as autoridades centrais dos países, devendo estes ser signatários da Convenção de Haia (Brasil, 1999; 2009).

O casal afirmou que buscaram conhecer algumas instituições, e acabaram recorrendo a uma instituição na qual conhecidos haviam participado, e por isso, sabiam como havia sido a experiência. Em seguida, participaram de encontros realizados em dois fins de semana junto a outros casais interessados em adoção. Estes encontros foram voltados para uma preparação para adoção, onde foram apresentados os procedimentos e os países nos quais podiam adotar. Foram realizadas também conversas em grupos, junto com o psicólogo da instituição.

Posteriormente iniciou uma fase de entrega de documentação, para ser enviada ao país de origem das crianças a serem adotadas. Foi preparado um dossiê com essa documentação, fotos, atestado de idoneidade, e depois houve um cruzamento de dados entre as crianças que estavam na lista de adoção e os interessados e habilitados em adotar. O percurso da adoção internacional durou no total cerca de três anos e meio.

O casal relatou que recebeu a notícia de disponibilidade dos irmãos para adoção por um telefonema da instituição. Quando compareceram lá, receberam algumas informações básicas sobre as crianças, como idade e histórico de vida delas. A partir disso, a instituição perguntou ao casal se queriam pensar a respeito da adoção. Eles afirmaram que ao saber que as crianças eram saudáveis, não havia necessidade de pensar e aceitaram. Tiveram contato com fotos e informações das crianças apenas num momento posterior.

Como dificuldades do processo de adoção, o casal apontou que o tempo longo de espera pode ser uma fonte de angústia, e que tiveram que ter muita paciência e serenidade, seguindo com suas atividades cotidianas, enquanto era dado seguimento aos procedimentos para adoção. A adotante indicou também que às vezes a necessidade de documentação

excessiva pode causar algumas irritações, inclusive no trabalho, já que houve necessidade de estar ausente em algumas situações.

Discussão

Neste estudo verificou-se que tanto os adotantes brasileiros como os estrangeiros percebiam a adoção como uma ação voltada principalmente para o bem da criança, ou seja, algo altruísta que visa o bem estar do outro em primeiro lugar. Esta compreensão de adoção levando em conta a criança em primeiro lugar se entrelaça com o paradigma do bem estar e proteção integral à criança e ao adolescente que se destaca no mundo contemporâneo, tanto abordado nas convenções internacionais, como a convenção de Haia, como nos preceitos da ONU, e também nas leis nacionais dos países ocidentais, como o Estatuto da Criança e Adolescente no Brasil. Bronfenbrenner (1977) aponta que o lugar ou a prioridade que a criança e a responsabilidade por seu cuidado têm em certo macrossistema é de especial importância na determinação de como a criança e seus cuidadores são tratados e interagem uns com os outros em diferentes tipos de ambientes.

Com relação aos preconceitos em casos de adoção, ambos os casais afirmaram acreditar em uma mudança de crenças na sociedade, com uma maior aceitação da filiação adotiva. O casal italiano fez referência à imigração como uma questão peculiar dos países europeus, e que poderia de certa forma se relacionar com um preconceito étnico que os adotantes estariam sujeitos. De acordo com Schettini, Amazonas e Dias (2006), a adoção esteve por um longo período em um contexto marginal, mas este cenário vem se alterando favoravelmente, refletindo questões macrossistêmicas.

Também foi apontado pelo casal italiano que a procura por crianças em um país latino se deu devido a uma crença de proximidade cultural considerada por eles importante no processo de adaptação. Verifica-se, então, a busca por uma cultura que possua padrões, valores e crenças mais próximos aos dos adotantes, o que provavelmente possibilitaria maior segurança para lidar com a nova situação familiar. Wilson, Weaver, Cradock e Kuebli, (2008) indicam que apesar de pouco compreendida a escolha de países por adotantes internacionais, a preferência por certos países teria influência na disposição e engajamento dos adotantes no processo.

Apesar das semelhanças na composição familiar e perfil dos adotados nos casos estudados, verificou-se diferenças em relação à motivação para adoção. Assim, no caso de adoção nacional o casal se engajou na adoção específica das meninas adotadas, por um

conhecimento e convivência anterior, além do envolvimento profissional com a questão do acolhimento por parte da adotante. O casal não explicitou claramente o desejo de exercer a parentalidade através da adoção, embora possa se observar que havia uma busca neste sentido, tanto através do cuidado do sobrinho como da participação nas atividades de apadrinhamento afetivo.

Já no caso de adoção internacional, o casal buscou a adoção por problemas de infertilidade após uma reflexão e amadurecimento da ideia de adoção, deixando clara a sua necessidade de exercer a parentalidade. Estas diferenças motivacionais refletem crenças e práticas distintas em relação à adoção e à parentalidade, evidenciando no caso internacional uma crença de que o filho é importante para a constituição familiar, ainda que a adoção seja um bem maior para as crianças, enquanto na adoção nacional foi enfatizada a questão da solidariedade.

A maternidade também foi abordada de forma distinta pelas duas adotantes, sendo que a brasileira afirmou não haver uma necessidade por parte dela de se tornar mãe, enquanto a adotante italiana considerou como algo importante na vida de uma mulher. Dias e Lopes (2003) e Maux e Dutra (2009) apontam que ainda que haja uma maior autonomia e reflexão em relação ao ter filho, a maternidade ainda é vista como algo essencial na vida de uma mulher e constituinte de sua identidade, sendo que a adoção muitas vezes passa a ser uma alternativa para as que não podem gerar naturalmente.

No que se refere à preferência no perfil dos adotados, esta não era uma questão relevante no caso brasileiro, uma vez que o casal se candidatou à adoção direcionada às duas irmãs. Já para o casal italiano se observou uma flexibilização em relação à idade das crianças e uma exigência de crianças saudáveis, o que também foi encontrado no estudo de Ocón (2008). Weber (1998) em seu estudo comparativo entre os perfis dos processos de adotantes nacionais e internacionais encontrou que os estrangeiros eram mais flexíveis em relação às idades das crianças a serem adotadas, bem como em relação à adoção de grupos de irmãos. No entanto, Coimbra (2005) assinala que o grau de liberdade na escolha de perfis de crianças para adotantes internacionais é mais limitado, uma vez que os adotantes brasileiros têm preferência na fila de espera, e chegam à adoção internacional normalmente os grupos de crianças de difícil colocação nacional, o que influencia nas demandas da adoção nacional e internacional.

As diferenças entre os casos analisados nesse estudo podem ser vistas em parte devido às diferenças culturais, uma vez que a inserção em diferentes macrossistemas tem impacto nas crenças e práticas frente à adoção. No caso internacional percebe-se uma influência mais abrangente da cultura italiana na forma de lidar com a adoção, incluindo uma maior flexibilidade em relação à idade, cor e outras características dos adotantes, enquanto que no caso brasileiro observa-se o impacto de uma subcultura relativa a vivências mais particulares em relação à adoção, devido a um envolvimento com a temática no âmbito do trabalho além do envolvimento prévio com as crianças. Este envolvimento se relaciona com uma prática comum na cultura brasileira de circulação de crianças em bairros populares, como relatado por Fonseca (2006). Ou seja, o caso estudado envolveu uma pessoa que trabalhava com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, o que a levou a um envolvimento afetivo prévio com as crianças e ao desejo de adotar, embora não reflita o tipo de prática predominante no Brasil, que é de adoção preferencial de crianças pequenas e da mesma cor dos adotantes. Assim, os aspectos do macrossistema contêm informações e ideologias que, tanto explícita como implicitamente, dão significado, motivação e interferem nos processos que se estabelecem no nível do microssistema.

Foi possível, ainda, observar que os processos de habilitação nos casos se deram de maneira distintas. Houve um maior tempo para que o casal internacional fosse habilitado para adoção, bem como foi necessária uma maior documentação. Além disso, averiguou-se uma maior preocupação com a preparação e orientação para adoção no caso internacional. Quanto ao nacional, o processo de habilitação se deu de maneira mais rápida, pois a adotante já tinha conhecimento da documentação e dos procedimentos necessários, bem como por se tratar de uma adoção tardia e de grupo de irmãos, na qual geralmente não há muitos adotantes brasileiros interessados, não havendo espera na fila de adoção. Concernente à preparação e orientação, houve poucos encontros realizados, bem como pouca sistematização para a realização destes. Essa diferença entre os casos também pode ser compreendida à luz da Teoria bioecológica, tendo em vista que os aspectos macrossistêmicos de cada país se fizeram presentes nestes processos, podendo-se observar no caso nacional menos atenção e cuidados com os aspectos formais da adoção.

Weber (1998) e Keyes, Sharma, Elkins, Iacono e McGue (2008) apontam que os adotantes internacionais estariam mais bem preparados para o processo de adoção, uma

vez que, normalmente por intermédio das organizações não governamentais, passam por uma preparação e orientação mais intensa. Esta preparação mais estruturada também é relatada por Gleitman e Savaya (2011), em Israel, por Rosser (2009) e Jociles-Rubio e Charro-Lobato (2008), na Espanha. Dessa maneira, estas organizações atuam não apenas nos trâmites dos processos de adoção, como também na formação da subjetividade dos adotantes por meio das intervenções diretas dos técnicos (Jociles-Rubio & Charro-Lobato, 2008). Bronfenbrenner (1977) expõe que alguns aspectos do macrosistema podem ser observados de forma explícita, como nas leis. Assim, as diferenças nos processos de habilitação e preparação para adoção indicam as diferenças estruturais nos macrosistemas estudados, já que existem leis, regulamentos e procedimentos particulares na Itália e no Brasil. Para Santana e Koller (2004), as ideologias, valores e crenças são interiorizados de forma ativa pelas pessoas, influenciando suas vivências e comportamentos.

Estes dados atentam para uma necessidade de implementação nos serviços de preparação e orientação para adoção nacional, o que é um dos preceitos acrescidos na Nova Lei de Adoção (Brasil, 2009), havendo muito que se fazer para que sejam efetivados. Costa e Campos (2003) ressaltam as leis como uma potencial força de transformação, devendo, no entanto, haver cautela no uso dessas, para que se evitem arbitrariedades. Para Bronfenbrenner (2001/2011), o reconhecimento de que os processos de desenvolvimento são influenciados pelos eventos e condições do meio ambiente implica em maior importância às políticas públicas e intervenções.

Considerações finais

Observou-se neste estudo que a forma como os adotantes significam e vivenciam o processo de adoção, bem como os valores e ideias presentes na sociedade, apresentam impactos na forma como ocorre o processo de adoção em cada caso. Isto evidencia a interinfluência entre os vários níveis de contextos. Os padrões culturais estruturais, sejam eles explícitos (leis e normas) ou implícitos (manifestações ideológicas e de costumes) repercutem nos processos que se dão nos contextos em que as relações e interações ocorrem diretamente. Da mesma forma, os valores, crenças e papéis que influenciam no curso do desenvolvimento possuem relação ativa com as ideologias presentes em uma sociedade (Bronfenbrenner, 1977).

As diferenças macrosistêmicas relativas às crenças e práticas ficam claras quando se observa as diferentes questões vividas nos casos nacional e internacional, como as

motivações para adoção, os perfis de crianças/adolescente buscados, as preocupações em relação a uma adaptação cultural no caso internacional, a habilitação, preparação e a reflexão para a adoção. No caso internacional, a crença de que os filhos são importantes para a constituição da família ficou mais evidente e também serviu como motivador para adoção, tendo o casal passado por um período de amadurecimento da ideia após tentativas de gravidez, havendo uma resignificação da parentalidade.

Já em relação aos aspectos estruturais do macrossistema, verificou-se também o impacto das leis que regem as adoções em cada país, principalmente no que tange aos processos de habilitação e orientação. Os serviços de acolhimento e as políticas públicas em geral afetando direta ou indiretamente a questão da criança e do adolescente, bem como a situação econômica dos países, também atuam na forma como a adoção é tratada, nos procedimentos necessários e nos encaminhamentos ocorridos com cada família.

Apesar das diferenças, notam-se algumas semelhanças entre os casos, como a importância do bem-estar da criança apontada pelos adotantes, o que condiz com as tendências atuais mundiais que visam difundir uma nova cultura da adoção a fim de prover uma família e um lar a crianças que não os tem, sem enfatizar, contudo o perfil e características destas crianças (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Ebrahim, 2001).

Como limitações deste estudo, pode-se apontar o fato de se tratar de casos específicos de adoção, que não podem ser generalizados, e o recorte transversal da pesquisa, que não permite apreender mudanças e transformações culturais ao longo do tempo. Além disso, foram abordadas duas culturas diferentes, ou seja, foi realizado um recorte em relação a dois macrossistemas diferentes, podendo haver outras diferenças no que diz respeito a diferentes culturas nas quais a adoção internacional possui relevância ou mesmo ao se considerar subculturas diferentes.

Por fim, pode-se afirmar que os processos de adoção envolvem uma complexa inter-relação sistêmica entre questões simbólicas, como os valores, crenças e discursos presentes na sociedade; estruturais, como leis, regulamentos e procedimentos; e questões dos microssistemas, como a família, comunidade e interações pessoais. Estes estão em permanente transformação, influenciando e sendo influenciados pelas pessoas por meio de suas vivências cotidianas. Assim, entende-se que as pesquisas em casos de adoção devem incluir estudos que envolvam uma reestruturação inovadora dos sistemas ecológicos, de maneira que ideologias e estruturas institucionais existentes possam ser repensadas,

propiciando uma redefinição de valores, crenças, papéis e atividades que estão subjacentes a este processo.

Referências

- Andrade, R. P., Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: Um estudo de caso. *Paidéia*, 16(34), 241-252.
- Arend, S. M. F. & Macedo, F. (2008, set.-out.). *Adoção internacional Brasil-França (1990-2006): Traçando um perfil dos atores sociais*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil. Retirado de http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1124.pdf
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069.
- Brasil (1999). *Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993*. Decreto-Lei nº 3087.
- Brasil (2009). *Lei Nacional da Adoção*. Lei Federal nº 12.010.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513-531.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. (1989/2011). A ecologia do desenvolvimento humano: Paradigma perdido ou recuperado (Trad. A. Carvalho-Barreto). In: U. Bronfenbrenner (Org.), *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos* (pp. 37-39). Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2001/2011). Tornando os seres humanos mais humanos (Trad. A. Carvalho-Barreto). In: U. Bronfenbrenner (Org.), *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos* (pp. 37-39). Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes In W. Damon (Org. Série) & R. M. Lerner (Org. Volume), *Handbook of child*

- psychology: Theoretical models of human development* (Vol. 1, pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Coimbra, J. C. (2005). A demanda nos processos de habilitação para adoção e a função dos dispositivos judiciais. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 5(2), 67-78.
- Costa, L. F. & Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: Vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 221-230.
- Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Dias, A. C. G. & Lopes, R. C. S. (2003). Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. *Psicologia em Estudo*, 8, 63-73.
- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: Altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 73-80.
- Eschiletti-Prati, L. E., Couto, M. C. P. P., Moura, A., Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Revisando a inserção ecológica: Uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-169.
- Fonseca, C. (2006). Da circulação de crianças à adoção internacional: Questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, 26, 11-43.
- Frizzo, K. R. (2008). Diario de campo. In E. Saforcada & J. C. Sarriera (Eds.), *Enfoques conceptuales y técnicos em psicologia comunitaria* (pp. 165-171). Buenos Aires: Paidós.
- Gleitman, I. & Savaya, R. (2011). Adjustment of adolescent adoptees: The role of age of adoption and exposure to pre-adoption stressors. *Children and Youth Services Review*, 33(5), 758-766.
- Jociles-Rubio, M. I. & Charro-Lobato, C. (2008). Construcción de los roles paternos en los procesos de adopción internacional: El papel de las instituciones intermediarias. *Política y Sociedad*, 45(2), 105-130.
- Jones, C. & Hackett, S. (2011). The role of 'family practices' and 'displays of family' in the creation of adoptive kinship. *British Journal of Social Work*, 41(1), 40-56.

- Keyes, M. A., Sharma, A., Elkins, I. J., Iacono, W. G. & McGue, M. (2008). The mental health of US adolescents adopted in infancy. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 162(5), 419-425.
- Mariano, F. N. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.
- Maux, A. A. B. & Dutra, E. (2009). Do útero à adoção: A experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. *Estudos de Psicologia*, 14(2), 113-121.
- Ministério da Saúde (2007). *Resolução 196/96: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília. Retirado de <http://conselho.saúde.gov.br/>.
- Mohanty, J. & Newhill, C. (2006). Adjustment of international adoptees: Implications for practice and a future research agenda. *Children and Youth Services Review*, 28, 384-395.
- Ocón, J. D. (2008). Aspectos psicosociales de la adopción en Andalucía. *Papers: Revista de Sociología*, 87, 207-234.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2009). A configuração dos vínculos na adoção: Uma atualização no contexto Latino-Americano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 19(3), 475-486.
- Palacios, J. (2009). La adopción como intervención y la intervención en adopción. *Papeles del Psicólogo*, 30(1), 53-62.
- Peters, B. R., Atkins, M. S. & McKay, M. M. (1999). Adopted children's behavior problems: A review of five explanatory models. *Clinical Psychology Review*, 19(3), 297-328.
- Reppold, C. T. & Hutz, C. S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: Características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 25-36.
- Rosser, A. L. (2009). Reflexiones acerca del proceso psico-social de valoración de idoneidad para la adopción de menores en la comunidad Valenciana. *Revista Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, 16, 101-109.
- Santana, J. P. & Koller, S. H. (2004). Introdução à abordagem ecológica do desenvolvimento humano nos estudos com crianças e adolescentes em situação de

- rua. In: S. Koller (Org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 109-119). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A. & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: Identidade e diferença, *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293.
- Selman, P. (2006). Trends in intercountry adoption: Analysis of data from 20 receiving countries, 1998–2004. *Journal of Population Research*, 23(2), 183–204.
- Weber, L. N. D. (1998). O filho universal - um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais. *Revista Direito de Família e Ciências Humanas – Caderno de Estudos*, 2, 119-125.
- Wilson S. L., Weaver T. L., Cradock M. M. & Kuebli J. E. (2008). A preliminary study of the cognitive and motor skills acquisition of young international adoptees. *Children and Youth Services Review*, 30(5), 585-596.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Capítulo 3

Adoção nacional e internacional: Processos proximais no período de convivência⁵

Adopción nacional e internacional: Procesos proximales en el período de convivencia

National and International adoption: Proximal processes in the period of cohabitation

Elisa Avellar Merçon-Vargas

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Brasil

elisa.amv@gmail.com

Edinete Maria Rosa

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Brasil

edineter@gmail.com

Débora Dalbosco Dell’Aglío

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

dalbosco@cpovo.net

⁵ Artigo publicado na Revista [Salud y Sociedad](http://www.saludysociedad.cl/index.php/main/article/view/64/84).
<http://www.saludysociedad.cl/index.php/main/article/view/64/84>

Adopción nacional e internacional: Procesos proximales en el período de convivencia

National and International adoption: Proximal processes in the period of cohabitation

Resumen

Este estudio investigó el período de convivencia de niños/adolescentes y sus adoptantes en proceso de adopción nacional e internacional, a través de un estudio de casos múltiples. Se utilizó la metodología de la Inserción Ecológica con acompañamiento de las familias durante unos cuatro meses, entrevistas, observaciones, visitas a las instituciones de acogimiento y una visita en Italia tres meses después de la salida de los niños. Los datos fueron organizados en temas basados en la Teoría bioecológica (modelo PPCT). En la adopción nacional los procesos proximales fueron facilitados por el conocimiento anterior de niño/adolescente, y en la adopción internacional por la percepción del compromiso de los niños en la adopción. Los procesos disfuncionales en el caso nacional estaban relacionados con el cambio de comportamiento de la niña más pequeña, mientras en el internacional al hecho de estar en un ambiente desconocido. Se puede concluir que los procesos de adopción son complejos, y el período de convivencia fundamental para la adaptación de la familia, así se debe realizar con una mayor disponibilidad de apoyo psicosocial en sus diversas etapas, principalmente en un momento inicial de adaptación y cambio, teniendo en cuenta las particularidades de cada caso.

Palabras clave: adopción nacional, adopción internacional, Teoría bioecológica, período de convivencia.

Abstract

This study investigated the period of cohabitation of children/adolescents and their adopters in domestic and international adoptions' processes, through a multiple case study. The methodology used was the Ecological Engagement, by monitoring the families for about four month, interviews, observations, visits to the shelter's institutions and a meeting in Italy three months after the departure of the children. Data was organized into themes based on Bioecological theory (PPCT model). In the domestic adoption the proximal processes were facilitated by the prior knowledge of the child/adolescent, and in the international adoption by the adopters' perception of children's engagement in the adoption. The dysfunctional processes in the domestic case were related to the youngest child behavior's change, while in the international to the fact of being in an unfamiliar environment. It can be concluded that the adoptions' processes are complex, and the period of cohabitation is critical to the family adaptation, so that it should be performed with greater availability of psychosocial support in its various stages, especially in an initial moment of adaptation and changes and considering the particularities of each case.

Keywords: domestic adoption, international adoption, Bioecological theory, period of cohabitation.

Introdução

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD; Brasil, 1990), prevê que toda criança e adolescente tenha o direito de ser criado e educado no seio de sua família, e, como medida excepcional, em uma família substituta, sendo assegurado o direito à convivência familiar e comunitária. A colocação em família substituta estrangeira é somente admissível na modalidade de adoção.

Nos casos de adoção, esta deve ser precedida de um estágio de convivência com a família adotante (Brasil, 1990; 2009). Este consiste em um período no qual a família pretendente à adoção tem a guarda provisória ou termo de responsabilidade (no caso das adoções internacionais), da criança e/ou adolescente a ser adotado, por um período determinado judicialmente. Tem como objetivo possibilitar uma adaptação das crianças e/ou adolescentes em uma nova situação familiar, facilitando o estabelecimento de laços afetivos. A Nova Lei de Adoção determina que o estágio de convivência nos casos de adoção internacional seja cumprido no território nacional, e tenha duração de no mínimo trinta dias (Brasil, 2009).

De acordo com Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006), no Brasil são inúmeras as famílias de classe popular que vivenciam a institucionalização de crianças e adolescentes. O distanciamento de um convívio familiar da criança em situação de acolhimento institucional por um longo período poderá fragilizar os vínculos com os membros da família, tornando a trajetória de vida da criança mais complicada (Bento, 2008; Dell’Aglío, Borges & Santos, 2004). Assim, a adoção como medida de proteção à infância é uma maneira legítima de garantia de que uma criança em risco social e/ou pessoal possa se desenvolver e conviver em família, ainda que não seja a solução para os problemas da infância no mundo (Berástegui, 2007; Ghirardi, 2009; Gleitman & Savaya, 2011).

Os estudos nacionais sobre adoção, em geral, abordam questões como a construção da parentalidade e os vínculos em uma família adotiva (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Costa & Rossetti-Ferreira 2007), a motivação e os sentimentos envolvidos em um processo de adoção, sendo a infertilidade apontada como motivação principal para a adoção (Andrade et al., 2006; Coimbra, 2005; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Maux & Dutra, 2009).

Alguns estudos encontrados sobre a temática da adoção internacional visam compreender a relação e os impactos entre as características das crianças adotadas - como idade, experiências pré-adoção (tempo na família biológica e de acolhimento, exposição a

riscos, etc), país de origem, etc. - e suas implicações para o desenvolvimento dessas crianças (Gleitman & Savaya, 2011; Groza & Ryan, 2002; McGuinness & Pallansch, 2007; Van den Dries, Juffer, IJzendoorn, & Bakermans-Kranenburg, 2009).

Outros estudos discutem os problemas de comportamentos externalizantes (agressividade, violação de normas) e internalizantes (depressão, retraimento) presentes nas crianças adotadas internacionalmente como um resultado do desenvolvimento e ajustamento na família adotiva (Harf, Taïeb & Moro, 2007; Keyes, Sharma, Elkins, Iacono & McGue, 2008). Constatase ainda pouca produção de pesquisas sobre a temática da adoção internacional no Brasil, e os poucos identificados referem-se a estudos teóricos (Fonseca, 2006, 2008; Yngvesson, 2007).

Selman (2009) aponta uma tendência de crescimento do número de adoções internacionais até 2005, seguida de uma queda. No entanto, há países, como a Itália, nos quais houve um aumento das adoções internacionais nos últimos anos, sendo que em 2007 mais de dois terços das adoções internacionais realizadas no Brasil foram pela Itália. Apesar disso, o estudo de Selman (2009) aponta que os números de adoção internacional no Brasil diminuíram nos últimos anos, havendo atualmente uma tendência de adoção por estrangeiros de crianças com mais de cinco anos, com necessidades especiais e/ou grupo de irmãos.

Apesar dos avanços nos estudos sobre adoção, permanecem ainda muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente com relação às dinâmicas e estratégias de interação e adaptação que podem propiciar um ambiente familiar saudável. Palacios (2007) afirma que os estudos têm focado mais os resultados da adoção e as características dos envolvidos, mas pouco tem sido estudado sobre os processos que envolvem a adoção.

Fuentes (2006) aponta para a necessidade de se conhecer a etapa inicial do processo de adoção a fim de que se possa pensar em propostas socioeducativas que favoreçam e preservem o processo de integração familiar, assegurando uma adaptação positiva. São poucas as pesquisas que tem dado atenção para os fatores que propiciam resultados de sucesso em crianças adotadas (Mohanty & Newhill, 2006; Reinoso & Forns, 2010).

Neste estudo, utilizou-se como aporte teórico e metodológico a Teoria bioecológica que considera o desenvolvimento como um processo de interação recíproca entre a pessoa e seu ambiente, sendo um fenômeno de continuidade e mudanças nas características biopsicológicas dos seres humanos através do tempo, tanto individualmente como em

grupos (Bronfenbrenner, 2005). Nesta perspectiva devem ser considerados quatro aspectos que se relacionam entre si: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (PPCT) (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Os **processos proximais** são formas duradouras de interação entre um indivíduo ativo e outras pessoas, objetos e símbolos que se encontram em seu ambiente externo e são considerados como o primeiro mecanismo produtor de desenvolvimento humano. Podem ter efeitos de competência ou disfunção (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

As características da **pessoa** são vistas como produtoras e produto do desenvolvimento. Bronfenbrenner e Morris (1998) distinguem três tipos de características da pessoa: 1) **força**, que são características que podem colocar o processo proximal em movimento e sustentar o seu desenvolvimento ou interferir ativamente, retardar ou prevenir sua ocorrência; 2) **recursos bioecológicos**, que são as capacidades, experiências, conhecimentos e habilidades necessárias para um funcionamento eficaz do processo proximal; e 3) **demanda**, que são características que encoraja ou desencorajam reações do ambiente social, favorecendo ou não o funcionamento dos processos proximais.

O **contexto** considera a relação entre pessoa e ambiente multidirecional, e foi dividido em quatro níveis de interação: 1) microssistema - atividades, papéis e relações interpessoais que se dão face a face; 2) mesossistema - inter-relações entre os microssistemas; 3) exossistema - ambientes em que a pessoa não frequenta como participante ativo, mas que possui uma influência indireta no seu desenvolvimento; e 4) macrossistema - composto pelo padrão global de ideologias, crenças, valores, religiões, culturas e subculturas (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O **tempo** permite examinar a influência para o desenvolvimento de mudanças e continuidades que acontecem no decorrer da vida. A análise deste componente deve ter como foco a pessoa em relação aos acontecimentos da sua vida, desde os mais próximos aos mais distantes (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

A partir destas considerações, este estudo investigou os contextos e os processos proximais vivenciados por crianças e adolescentes e seus adotantes em processo de adoção nacional e internacional, observando efeitos de competência e de disfunção nas relações proximais no período de convivência.

Método

Participantes

Foi utilizada a metodologia de estudo de casos múltiplos, que visa compreender fenômenos sociais complexos, observando os processos proximais em seus contextos (Yin, 2005). O estudo de caso se destaca por sua capacidade de lidar com uma grande variedade de evidências, tais como documentos, entrevistas e observações. O critério de seleção dos participantes foi de que tivessem passado pelo processo de habilitação de adoção e se encontrassem em período de convivência com as crianças a serem adotadas. Estas últimas deveriam ter no mínimo seis anos, a fim de facilitar a comunicação nas entrevistas. Os casos foram indicados pela Vara de Infância e Juventude (VIJ), da cidade de Vitória, Espírito Santo, Brasil, de acordo com a disponibilidade de adotantes que estivessem sendo acompanhados em período de convivência. Prezou-se pelo acompanhamento de casos de adoção nacional e internacional que tivessem composição parecida, como casais que estavam em processo de adoções tardias e de irmãos, bem como crianças na mesma faixa etária, de forma que alguns aspectos comuns estivessem presentes.

Participaram da pesquisa dois casais que estavam em processo de adoção, um nacional e outro internacional, e as respectivas crianças/adolescentes que estavam sendo adotadas (nos dois casos adoção múltipla – dois irmãos). A caracterização dos casos estudados está disposta na Tabela 1 (os nomes foram alterados para que o sigilo dos participantes fosse garantido):

Tabela 1. *Caracterização dos Participantes*

	Adoção Nacional					Adoção Internacional		
Participante	Laura	Antônio	Joana	Roberta	Cecília	Giuseppe	Patrick	Bárbara
Nacionalidade	Brasileira	Brasileira	Brasileira	Brasileira	Italiana	Italiana	Brasileiro	Brasileira
Idade	42 anos	36 anos	13 anos	9 anos	49 anos	43 anos	10 anos	6 anos
Profissão / escolaridade	Assistente social	Vigilante	6ª série	2ª série	Comissária da polícia do estado	Policial do estado	3º ano	1º ano

Instrumentos

O presente estudo foi desenvolvido a partir de várias fontes de dados, como visitas, observações, entrevistas, análise dos processos judiciais, informações coletadas junto aos prontuários e técnicos das instituições de acolhimento, havendo, dessa forma, uma

triangulação dos dados. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de investigar a interação entre adotantes e adotados no período de convivência. Os eixos temáticos das entrevistas foram: 1) Contextos e interação no período de convivência; 2) Facilitadores e dificultadores no período de convivência; 3) Estratégias para lidar com as dificuldades. Foi também utilizado um diário de campo para o registro das observações das visitas realizadas, que de acordo com Frizzo (2008) reflete o processo de construção do conhecimento, no qual o pesquisador incorpora suas reflexões enquanto observa.

Procedimentos e Considerações Éticas

A pesquisa atendeu as exigências das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, regida pela resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. Foi realizado um pedido de autorização prévia ao juiz da VIJ para acesso aos processos dos casos estudados. O projeto foi aprovado por Comitê de Ética, sob protocolo número 237/10. A equipe da VIJ indicou casos de brasileiros e estrangeiros requerentes em processo de adoção, e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar do estudo. No caso das crianças, foi solicitado aos adotantes que assinassem o TCLE, uma vez que estas se encontravam sob sua guarda (no caso da adoção nacional) ou responsabilidade (na adoção internacional). Os termos de consentimento foram disponibilizados tanto em português como em inglês.

As entrevistas foram realizadas individualmente de acordo com a disponibilidade dos participantes, em locais e horários mais convenientes para estes, e foram gravadas e transcritas para organização e análise dos dados. O roteiro de entrevista para os participantes estrangeiros foi disponibilizado em italiano e contou-se com uma tradutora no momento das entrevistas para facilitação do diálogo. As famílias foram acompanhadas por um período de cerca de quatro meses, a partir da estratégia de Inserção Ecológica (Cecconello & Koller, 2003; Eschiletti-Prati, Couto, Moura, Poletto & Koller, 2008), que incluiu observações, visitas e entrevistas. Através desta metodologia o pesquisador se insere no contexto a ser investigado, buscando uma validade ecológica e estabelecendo diversas formas de acesso e confirmação dos dados.

No caso da adoção nacional foram realizados cinco encontros, três acompanhados da equipe técnica da VIJ (um no setor de adoção da VIJ, outro no domicílio dos adotantes e

um na escola das crianças adotadas) e dois realizados somente pela pesquisadora na residência dos adotantes, momento em que foram realizadas as entrevistas. Em relação à adoção internacional também foram realizados cinco encontros, sendo um junto à equipe técnica da VIJ no local onde estavam hospedados, outro consistiu em um acompanhamento à Odontopediatra e três para realização das entrevistas, também onde os participantes se encontravam hospedados.

Foram realizadas visitas às duas instituições de acolhimento onde as crianças encontravam-se antes do período de convivência, para a complementação de informações sobre o histórico das crianças/adolescente, por meio de conversa com os profissionais das instituições de acolhimento e estudo dos prontuários. Ainda, foi realizado um encontro informal no caso da adoção internacional, três meses após a ida das crianças para o país dos adotantes, possibilitando a observação dos adotantes e adotados no país de acolhida. Durante todas as visitas, foram realizadas observações e conversas informais, que foram anotadas em diário de campo.

Resultados

Foi realizada uma análise qualitativa dos dados, por meio de agrupamentos de sentidos emergidos do material coletado, sendo organizadas em eixos temáticos (Yin, 2005), os quais foram previamente construídos a partir do modelo PPCT baseado na Teoria bioecológica (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Cada caso será apresentado, com uma descrição inicial, e com os dados coletados em cada eixo temático proposto: processo, pessoa, tempo e contexto.

Caso 1: adoção nacional

Laura (42 anos) e Antônio (36 anos) são casados há 10 anos, ela trabalha como assistente social e ele como vigilante de uma empresa privada. Segundo ela, eles não possuem filhos biológicos por opção, cuidavam de um sobrinho desde que este tinha sete anos de idade, estando com 17 anos. Entraram com o processo de adoção das irmãs Joana (13 anos) e Roberta (9 anos) em outubro de 2009 e estavam em período de convivência há oito meses no momento da entrevista. De acordo com o relato do casal, a princípio tinham planos de adotar apenas Roberta, com quem tinham uma relação de apadrinhamento afetivo desde 2008. Com a desistência da madrinha afetiva de Joana de adotá-la, o casal

então resolveu pela adoção das irmãs. Segundo registros nos prontuários e no processo judicial, Joana e Roberta foram acolhidas juntas em novembro de 2004, pois a mãe biológica havia sido presa por tráfico e furto. Na casa da família biológica moravam a mãe e cinco filhos. Durante o período de institucionalização, desde 2004, a mãe biológica foi visitá-las na instituição duas vezes.

Processos proximais

Com relação aos processos proximais observados entre a família adotiva no caso 1, foi possível observar que a convivência já acontecia antes do período determinado judicialmente, pois já havia contato através do apadrinhamento afetivo, no qual o casal se coloca como referência à criança ou adolescente acolhida, passando com esta os fins de semana, feriados, ou férias. No entanto, esse apadrinhamento se referia apenas a criança mais nova (Roberta), havendo, então, uma maior convivência com esta.

O período de convivência, de acordo com o casal e as meninas, estava transcorrendo de forma tranquila, apesar de mudar um pouco a rotina do casal, a dinâmica e estrutura da família e a organização da casa. Houve uma reforma na estrutura física da casa e uma adaptação na rotina de trabalho dos adotantes, e escolar de Roberta, o que segundo eles, facilitou a convivência familiar. Os pais adotivos relataram que estavam aprendendo a serem pais a cada dia e que estavam aproveitando este período buscando conviver o máximo possível juntos, e procurando estar em espaços que propiciassem lazer e o estar junto ao mesmo tempo.

Os participantes apontaram como facilitadores do processo de convivência o fato de se conhecerem antes do processo de adoção, pois já havia vínculos afetivos entre eles. No entanto, segundo a adotante (Laura), havia ainda uma necessidade de mudar o foco da relação de padrinhos afetivos para pais adotivos. Observou-se, com relação a isso, que as meninas às vezes os tratavam por “tios”, e às vezes por “pais”. Na opinião de Laura, esta questão não era vista como um problema, mas algo que devia ser trabalhado tranquilamente.

Os adotantes relataram uma mudança inesperada no comportamento de Roberta, em relação ao período em que esta frequentava a casa pelo sistema de apadrinhamento afetivo. Segundo relataram, ela demonstrou ciúmes com a vinda da irmã mais velha (Joana), apresentando comportamentos agressivos. Essas mudanças, de acordo com eles,

trouxeram algumas dificuldades neste período de adaptação. Quanto à Joana, a adotante relatou que percebia um relacionamento mais tranquilo. As meninas adotadas afirmaram haver problemas que consideravam do dia-a-dia, como qualquer família.

Para lidar com as dificuldades o casal relatou o uso de diálogo e a imposição de limites em algumas situações, tais como em relação ao uso do computador e da televisão, quando respondem de maneira inadequada, ou têm comportamentos que consideram difíceis. A paciência por parte dos adotantes foi apontada como importante pelo fato de ser um período em que adotantes e adotados estão se conhecendo.

Características pessoais

Com relação às características pessoais que contribuíram positivamente na qualidade da convivência, foi relatado que a maneira calma e tranquila como Joana entrou na família, sendo que ela mesma, por se considerar “quieta e obediente”, atribuiu a isso a facilidade na adaptação a nova situação familiar. Já Roberta afirmou que achava que os pais adotivos “gostam dela” pelo fato de elas às vezes ajudar e ficar quieta, “não aprontar”.

O casal apontou outras características positivas das meninas. De acordo com eles, as meninas eram carinhosas, Joana é questionadora, se interessa pela família, demonstra curiosidade e tem facilidade para se comunicar com pessoas mais velhas, além de demonstrar uma autoproteção de sua intimidade, deixando-os mais tranquilos em relação à sexualidade. Em relação à Roberta, destacaram a sua alegria cativante e o fato de ser “espoleta”, externalizando seus sentimentos. Os adotantes foram relatados por Joana como muito prestativos, e se dispendo a conversar sobre diversas coisas.

Concernente às características que dificultaram o período de convivência, foi ressaltada a mudança de comportamento de Roberta e, o distanciamento de Joana nas situações em que ficava ressentida. Verificou-se ainda que o convívio anterior do casal com as meninas, bem como as atividades de Laura em instituições de acolhimento serviram como recursos para que lidassem com a situação de adoção e com as características das meninas no dia-a-dia.

Contextos

Os principais microssistemas em que os participantes estavam inseridos eram a família adotiva, a escola e a comunidade. A escola foi relatada como um ambiente propiciador de lazer, na medida em que possuía quadras e oferecia atividades. Segundo

Laura, Joana era elogiada pelos professores, no entanto Roberta possuía alguns problemas de comportamento e conflitos na escola e com os colegas, apesar destes comportamentos terem melhorado com a mudança para o turno matutino. Isto foi confirmado também pela pedagoga da escola em visita à escola.

A comunidade foi relatada pelas meninas como espaço conhecido, uma vez que a instituição de acolhimento onde estavam situava-se perto de sua atual residência. Os espaços frequentados pelos participantes eram igreja, festas de conhecidos, academia, aulas de dança, entre outras coisas.

Tempo

Foi possível observar que o tempo de convivência anterior foi importante, uma vez que funcionou como motivador da adoção, além de ter facilitado o período de convivência. Outro aspecto relacionado ao tempo foi a adaptação das rotinas dos participantes e da dinâmica familiar à nova situação, como as mudanças relacionadas ao trabalho (o adotante antes trabalhava por escala e passou a trabalhar durante a semana e ficar em casa nos fins de semana) e no turno escolar de Roberta para o matutino. Tais mudanças, de acordo com os participantes, visavam uma melhor organização e dinâmica familiar, o que contribuía para uma boa convivência.

Caso 2: adoção internacional

Cecília (49 anos) e Giuseppe (43 anos) são de nacionalidade italiana, casados há 13 anos, ela é comissária da polícia e ele policial. Não possuem filhos biológicos, pois, segundo relataram, suas tentativas resultaram em abortos espontâneos, que causavam sofrimento psicológico. Entraram com o processo de adoção há cerca de três anos e meio e buscaram a adoção internacional por esta normalmente durar menos tempo que a nacional na Itália. A adoção foi intermediada por uma Organização Não Governamental. Ao receberem a notícia de que havia duas crianças saudáveis (irmãos), Patrick (10 anos) e Bárbara (seis anos), disponíveis para adoção, decidiram que as adotariam antes mesmo de vê-las por fotos. As visitas e entrevistas deste estudo foram realizadas no período de convivência no Brasil, que teve duração de cerca de dois meses. De acordo com informações dos prontuários das crianças e dos processos judiciais, os irmãos foram acolhidos no final de 2008 por negligência da mãe biológica (abandono e maus tratos), que pediu que as crianças fossem para a casa da avó até que ela voltasse e não retornou mais. A

mãe biológica era alcoolista e usuária de drogas. Os irmãos foram acolhidos em instituições diferentes, pois havia uma suspeita de que o menino houvesse manipulado sexualmente a irmã, embora isso nunca tivesse sido confirmado, conforme a equipe técnica da instituição de acolhimento. Na casa da família biológica morava a mãe e os dois irmãos e Patrick era responsável pelos cuidados com a irmã, como dar banho e levar à creche. A mãe tinha duas outras filhas mais velhas que moravam em outra cidade. Fez apenas uma visita aos filhos enquanto estavam institucionalizados.

Processos proximais

O primeiro encontro entre os adotantes e as crianças se deu na VIJ. Os adotantes relataram que as crianças chegaram sorridentes, afetuosos, e que foi uma emoção forte, apesar de estarem bem preparados para este momento. Afirmaram que em um primeiro momento houve uma comunicação mínima gestual, pelas dificuldades de compreensão da língua. As crianças descreveram com empolgação os presentes que haviam recebido na ocasião.

O período de convivência foi relatado pelos adotantes como de altos e baixos, com momentos positivos e de crise, além de ser uma descoberta contínua. Afirmaram que o fato das crianças saberem que não seriam deixados pelos pais adotivos, demonstrarem vontade de serem filhos, serem comunicativos, carinhosos e extrovertidos e terem facilidade para estabelecer relações contribuiu para uma boa convivência.

O fato do tempo de convivência ser longo por não estarem em uma situação real de rotina diária foi apontado como dificuldade pelos adotantes. Assim, as relações sociais estavam limitadas e uma vida mais articulada se tornava difícil. Além disso, neste período as crianças não frequentaram a escola e os pais não estavam trabalhando, pois tiveram que permanecer no Brasil. A dificuldade da língua foi abordada tanto pelos adotantes quanto pelo menino (Patrick). Os adotantes atribuíram essa dificuldade mais ao fato de não compreenderem o que as crianças falavam entre elas, dificultando intervir e corrigir se necessário, e até mesmo para liberar Patrick do papel de responsável pela irmã (Bárbara).

Segundo a adotante (Giuseppe), eles buscaram deixar a vida neste período de convivência o mais parecido com o cotidiano no país em que viviam, tendo em vista que eles passaram o período de convivência num *apart* hotel, em um país diferente. Os adotantes relataram uma cumplicidade entre os irmãos no momento inicial, que

conversavam mais entre eles, o que com o tempo foi diminuindo, dando espaço a uma escuta maior ao que os pais diziam.

O casal afirmou ser importante para lidar com as dificuldades ter paciência e coerência, dizendo coisas que iriam valer para todos os dias e não só em algum momento, não agir de maneira despropositada. Destacou também a importância de ser exemplo no dia-a-dia e de ter convicção de suas atitudes para que não haja contradição entre os parceiros. Considerava importante impor alguns limites e regras, mas com muita afetividade.

Características pessoais

Em relação às características das crianças, os adotantes apontaram a sensibilidade destas ao que lhes era dito, o fato de serem abertas, comunicativas e extrovertidas.

Para a adotante (Cecília), uma característica positiva de Patrick foi a independência, além de ter se surpreendido pelo fato dele ser muito bem informado. Em relação à Bárbara, Cecília referiu que ela precisava de carinho e de contato físico. A questão do toque e do carinho ficou bastante perceptível durante as visitas, onde se pôde observar a relação das crianças com os pais adotivos. Segundo a mãe, a menina demonstrou também uma curiosidade física, de querer pegar, tocar.

Algumas características apontadas como dificultadoras no período de convivência foi o fato das crianças fazerem “xixi na cama” e o comportamento resistente de Patrick, além deste se ater mais às coisas materiais, enxergando os pais adotivos como provedores de coisas materiais e não ainda como pai e mãe afetivamente. Com Bárbara foi relatada uma dificuldade com a questão da vaidade, pois se preocupava com os cabelos, com as roupas que ia vestir, etc. No entanto, segundo os adotantes, todas estas questões estavam sendo trabalhadas de maneira serena e com afetividade.

Observou-se que as vivências anteriores em relação às tentativas de gravidez, bem como a convivência com outros casos de adoção serviram como recursos para o casal nas situações cotidianas que vivenciaram durante o período de convivência, bem como na maneira de lidar com as crianças.

Contextos

Os contextos vivenciados pelos adotantes e as crianças no período de convivência envolveram principalmente a família, a comunidade na qual se encontravam hospedados, a

convivência com pessoas da equipe técnica da VIJ e a pesquisadora. Em relação a este último aspecto a tradutora e a pesquisadora foram indicadas como suporte, por terem lhes acompanhado em algumas atividades que necessitaram, como médicos e dentista.

Na comunidade relataram passeios ao redor de onde estavam hospedados, praia, parques, centros comerciais, playground do *apart* hotel, etc. De acordo com Giuseppe, pelo que percebeu dos passeios, as crianças ficavam bem fora de casa, apesar da mais nova não gostar muito de interagir com outras crianças.

Tempo

No período de convivência houve uma adaptação à nova situação, observada através da mudança na forma como as crianças lidavam com os pais adotivos, que com o tempo foram legitimados enquanto autoridade. Também a questão da língua sofreu um processo de mudança neste período, e de acordo com o casal adotante, inicialmente faziam leituras com material em português e com um tempo passaram a fazer apenas em italiano.

Com relação às expectativas de futuro na Itália, Giuseppe considerou que as crianças teriam mais oportunidades na Itália do que no Brasil, pelo fato de serem negras, já que pelo o que viu no Brasil há ainda preconceito racial, ao contrário do que pensava, sendo isso menos intenso na Itália. Relatou sentir-se seguro pela maneira como as crianças se comportavam no período de convivência, dando tranquilidade quanto a como seria na Itália. O casal também poderia contar com o suporte da família e dos amigos, além da licença maternidade (três meses) de Cecília, e redução no seu tempo de trabalho no primeiro ano. As expectativas das crianças em relação a morar na Itália foram abordadas de maneira positiva.

Em visita à família adotiva na Itália, três meses após os encontros no período de convivência, foi possível observar que as crianças pareciam bem adaptadas ao novo ambiente e à família, já se comunicando em italiano. Verificou-se também que se mantinha a característica de Bárbara, de ser carinhosa e buscar contato, presente desde o período de convivência. Cecília afirmou que achava que as crianças haviam sido bem preparadas no Brasil, pois lidavam com seu passado de forma bastante serena.

Discussão

Com base nos dados organizados na Tabela 2, pode-se observar que em ambos os casos houve efeitos de competência e de disfunção nas relações proximais estabelecidas

entre adotantes e adotados. Na adoção nacional o fator de conhecimento prévio das meninas pode ter atuado como promotor de uma boa convivência entre os membros da família. Na adoção internacional os efeitos de competência estavam ligados à percepção por parte dos pais adotivos de que as crianças estavam engajadas no processo de adoção, demonstrando uma vontade de serem filhos, a percepção dos vínculos como contínuos e duradouros, além da capacidade de comunicação, sendo esses fatores responsáveis por uma boa convivência.

Fuentes (2006) observou em adoções internacionais que no processo de ajuste inicial quase todos os pais e mães eram capazes de valorizar em seus filhos adotivos aspectos que os satisfaziam e facilitavam este ajuste. Entre as crianças foi observado o desejo em terem um pai e uma mãe, o estado emocional positivo, e a facilidade de comunicação. Estes aspectos também foram observados neste estudo, se constituindo como facilitadores dos processos proximais estabelecidos.

Tabela 2. *Características Observadas nos Casos, conforme as Dimensões PPCT*

	Nacional	Internacional
Processo	Competentes - Conhecimento mútuo anterior – vínculos afetivos. - Diálogo aberto. - Imposição de regras e limites. - Exercício de paciência.	- Percepção por parte dos adotantes de uma vontade das crianças de serem filhos. - Percepção por parte dos adotantes de que os vínculos seriam contínuos e duradouros. - Capacidade de comunicação e abertura das crianças à nova situação. - Dar o exemplo no cotidiano. - Imposições de regras e limites.
	Disfuncionais - Mudança de comportamento da criança mais nova – agressividade.	- Situação não condizia com padrão da família (hospedados em <i>apart</i> hotel e em um país diferente). - Relações sociais limitadas. - Período de convivência longo em situação atípica na percepção dos adotantes - Dificuldade da língua.
Pessoa	Força - Tranquilidade, curiosidade x Retraimento (mais velha). - Alegria x agressividade (mais nova). - Afetividade das meninas. - Calma dos adotantes.	- Crianças comunicativas, extrovertidas, afetuosas, sensíveis ao que lhes era dito x Vaidade (mais nova). - Birras e vontades (mais velho). - Paciência e coerência dos adotantes.

Contexto	Recurso	- Experiência de apadrinhamento afetivo anterior à adoção. - Atividades da adotante em instituições de acolhimento.	- Tentativas de maternidade e paternidade anteriores à adoção. - Convivência anterior com casais que adotaram.
	Demanda	- Aparência alegre, sorridente das meninas. - Aparência semelhante entre adotantes e adotadas – mesma etnia.	- Aparência saudável, alegre e sorridente das crianças.
	Micros.	- Proximidade da família extensa. - Comunidade conhecida e frequentada. - Escola espaço utilizado para lazer e frequentado desde antes da adoção.	- Relações sociais limitadas. - Utilização dos espaços da comunidade onde estavam hospedados. - Falta de frequência à escola.
	Mesos.	- Comportamentos similares em todos os microssistemas – interação entre estes.	- Crianças interagiam bem em todos os contextos. - Os adotantes estavam em contextos não familiares
	Exoss.	- Trabalho da adotante como influência na forma de lidar com adoção. - Instituição de acolhimento.	- Instituição italiana responsável pela preparação do casal para adoção. - Instituição de acolhimento.
Tempo	Macros.	- Influência das crenças e aspectos culturais de cada país.	- Influência das crenças e aspectos culturais de cada país.
		- Tempo de convivência anterior – motivador para adoção. - Mudanças na rotina de trabalho/turno escolar da mais nova.	- Legitimação da autoridade parental. - Expectativas positivas para adaptação na Itália

Os efeitos disfuncionais diferiram também nos dois casos. Na adoção nacional as disfunções observadas estavam ligadas à mudança de comportamento da criança mais nova em relação ao tempo que conviviam como padrinhos afetivos, e na adoção internacional, o que dificultava as interações era o fato de não estarem em seu cotidiano padrão, ou seja, hospedados em um *apart* hotel e em um país diferente, além de dificuldade com a língua. Dessa forma, na adoção internacional o problema estava mais relacionado à estrutura do período de convivência, enquanto no caso nacional relacionava-se a problemas de comportamento da criança.

Em ambos os casos estudados o diálogo e a imposição de regras e limites foram apontados como importantes para um desenvolvimento do processo proximal eficaz. Palacios e Sánchez (1996) também encontraram que a maioria das famílias adotivas

considerava importante a existência de comunicação, afeto e normas. De acordo com Wagner, Mosmann, Dell’Aglío e Falcke (2010), é importante observar a consistência das práticas parentais e a presença de afetividade, sendo que o diálogo permite a manifestação de afeto e é a melhor maneira para os pais imporem os limites. Dessa forma, observou-se que as práticas educativas e as normas utilizadas pelos adotantes foram importantes nos processos estabelecidos.

Com relação às características pessoais apontadas nos dois casos, observa-se que nas características de disposição que atuavam ativamente para uma boa convivência estava a questão da afetividade, ou seja, o fato de as crianças se demonstrarem carinhosas e afetivas contribuía para uma boa interação e adaptação. De acordo com Diniz e Koller (2010), o afeto está ligado à capacidade de se estabelecer relações e vínculos, e é um elemento essencial para um desenvolvimento saudável.

O estabelecimento de vínculos e relação afetiva estável e contínua pode ser pensado como estimulador à superação das mudanças (Diniz & Koller, 2010), o que é essencial nos casos de adoção, uma vez que há uma mudança de contextos, configurando uma transição ecológica. Estas transições acontecem quando há mudança de um microsistema, como a instituição de acolhimento, passando a pessoa a fazer parte de outro microsistema, como a família adotiva (Yunes, Miranda & Cuello, 2004).

No caso internacional as características de extroversão, a abertura e a comunicação foram mais ressaltadas do que no caso nacional. Para além das diferenças pessoais das crianças/adolescente nos dois casos, isso possivelmente pode ter se dado pelo fato de ser necessária uma adaptação a uma cultura e valores diferentes das crianças. A calma, paciência e coerência foram apontadas como características importantes para os adotantes em ambos os casos, o que pode estar relacionado à situação adotiva que exige muito esforço.

Especialmente nos casos das adoções tardias, além do tempo de espera da adoção ser incerto, é necessária uma adaptação mútua, uma vez que ambos possuem uma história e características advindas de suas vivências prévias. Assim, a integração da criança à família não se dá em apenas um evento, mas num processo dinâmico e contínuo, perpassado por transições e mudanças, havendo uma necessidade de ajuste da família, sendo que a maioria das famílias passa por esse processo com sucesso (Fuentes, 2006; Groza & Ryan, 2002; Jones & Hackett, 2011).

Algumas características apontadas como dificultadoras para a convivência, na adoção nacional foram a agressividade da criança mais nova e um retraimento da adolescente em situações de conflito; e na internacional as características de birra e de vontades do mais velho e da vaidade da mais nova. Aspectos semelhantes foram citados no estudo de Fuentes (2006), no qual foram indicados como aspectos de dificuldade os comportamentos externalizantes e os estados de ansiedade das crianças a serem adotadas. Pode-se observar que características da pessoa fazem parte dos processos proximais estabelecidos e atuam neste processo de transição que ocorre na adoção.

Tendo em vista que as características pessoais de recurso se baseiam nas experiências prévias de cada pessoa contribuindo para se efetivar o processo proximal, a experiência de apadrinhamento anterior à adoção e atividade da adotante na instituição de acolhimento, no caso nacional, destacam-se como característica de recurso, enquanto as tentativas de maternidade e paternidade prévias e a convivência com situações bem sucedidas de adoção do casal italiano serviram como recursos pessoais para estes.

As características pessoais de demanda foram apontadas nos dois casos como a aparência alegre, sorridente dos adotados como encorajadores no ambiente social. No caso da adoção nacional essas características atuavam como motivadoras da adoção, pelo fato de as meninas serem conhecidas. Na adoção internacional o aspecto saudável das crianças se tornava importante e as características das crianças/adolescente durante a convivência se demonstraram encorajadoras para a situação de adoção, dando segurança para uma relação futura.

Ainda, foi possível averiguar que os microssistemas frequentados no caso da adoção nacional condiziam mais com a realidade adotiva da família, na medida em que estavam inseridos na comunidade onde podiam contar com suporte social (família extensa, amigos, etc.), as meninas estavam frequentando a escola, na qual estudavam antes. Já na adoção internacional, esses microssistemas estavam limitados uma vez que não estavam em seu cotidiano padrão, sendo que os pais adotivos não estavam em suas rotinas de trabalho e os adotados não estavam frequentando a escola neste período.

Fuentes (2006) indica que um dos mecanismos para lidar com as dificuldades no período inicial seria a busca de apoios externos, como a família extensa (mesmo que por telefone). Assim, no caso de adoção nacional estes recursos encontravam-se mais disponíveis do que no caso de adoção internacional, o que fazia com que o casal da adoção

internacional lançasse mão de outras estratégias, como o contato por telefone ou internet. Ainda, no caso internacional, a pesquisadora e a tradutora foram apontadas como suporte, demonstrando que os adotantes procuraram estratégias e apoio para lidar com as situações necessárias.

No caso de adoção nacional, é possível observar a interligação entre os microsistemas, constituindo o mesossistema, como nas situações em que havia relações entre a escola e a família. Ademais, no exossistema observou-se que a prática profissional da adotante, relacionada ao acolhimento institucional, influenciava na maneira como lidava com as questões da adoção e com a organização familiar. Com relação ao macrosistema, crenças e aspectos culturais de cada país permearam os processos ocorridos e a forma como os adotantes lidaram com a experiência.

A adoção nacional aqui estudada não pode ser considerada uma adoção clássica, que no Brasil se caracteriza pela adoção de bebês, brancos e não irmãos (Coimbra, 2005; Ebrahim, 2001; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008). Isso possibilita uma reflexão acerca dos valores culturais da adoção no Brasil, e das possibilidades de adoção destes grupos de crianças mais velhas, negras e em grupos, que são a maioria disponível em adoção nacional (Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008). Dessa forma, essas crianças têm mais chance de garantia à convivência familiar com a adoção internacional, ou quando os adotantes já possuem um envolvimento prévio com as crianças, como observado no caso aqui estudado.

Em relação ao tempo, foi possível averiguar uma adaptação à situação adotiva nas duas famílias ao longo do período de convivência, através de uma construção da relação pais e filhos, bem como uma busca de fortalecimento dos vínculos, por meio de uma reestruturação e adaptação dos papéis e atividades. Fuentes (2006) destaca o estabelecimento de vínculos parentais, no enfrentamento desta nova situação familiar.

Considerações finais

Neste estudo foram investigados os processos proximais ocorridos no período de convivência em casos de adoção nacional e internacional. Foi observado que são vários os fatores que podem contribuir para que os processos proximais se deem de forma competente, facilitando uma boa adaptação em um período inicial de adoção. É fundamental se ter em vista que estes processos vão se constituindo ao longo do tempo, sendo importante que sejam construídos de maneira que assegurem certa estabilidade e

regularidade, propiciando engajamento nas atividades, de caráter interacional, ou seja, laços duradouros e recíprocos, que se tornam mais complexos ao longo do tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Os dados apresentados apontaram que a presença de afeto foi fundamental para as relações proximais estabelecidas. As relações afetuosas, estáveis e contínuas, podem se constituir o principal elemento para que se superem as mudanças ao longo do desenvolvimento, além de ser promotor de processos proximais funcionais (Diniz & Koller, 2010). Além disso, as experiências anteriores das crianças e adolescente nos outros contextos mostraram-se importantes para a adaptação à situação familiar adotiva. Dalbem e Dell’Aglia (2008) encontraram, em seu estudo sobre apego em adolescentes institucionalizados, que mesmo que nas primeiras experiências de apego os adolescentes tivessem expostos a riscos e negligências, ainda há possibilidades de vinculações de apego significativas.

Desta forma, observa-se uma complexidade dos processos de adoção, tornando o período de convivência fundamental para a construção dos relacionamentos, bem como para que juntos os envolvidos na adoção constituam e criem estratégias de interação que propiciem uma boa adaptação familiar. No entanto, com base nos dados encontrados, este período deve ser realizado com maior disponibilidade de suporte psicossocial em suas várias etapas, e principalmente em um momento inicial de adaptação e mudança e sendo levadas em conta as particularidades de cada caso, e as peculiaridades dos casos de adoção internacional.

Como limites deste estudo pode-se apontar o número de casos estudados bem como as especificidades de cada caso, não sendo possível uma generalização dos dados. Ademais, um estudo de caráter longitudinal que abrangesse a investigação e o acompanhamento de casos de adoção por um período maior, tanto nos casos de adoção nacional, quanto em relação à adaptação das crianças/adolescentes em outros países, seria de grande contribuição para a compreensão dos fatores que contribuem para uma boa adaptação à situação familiar adotiva e para o desenvolvimento de processos proximais competentes.

Referências

- Andrade, R. P., Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: Um estudo de caso. *Paidéia*, 16(34), 241-252.
- Bento, R. (2008). Família substituta: Uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(2), 202-214.
- Berástegui, A. (2007). La adaptación familiar en adopción internacional: Un proceso de estrés y afrontamiento. *Anuario de Psicología*, 38(2), 209-224.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069.
- Brasil (2009). *Lei Nacional da Adoção*. Lei Federal nº 12.010.
- Bronfenbrenner, U. (2005). The bioecological theory of human development. In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development* (pp. 3-16). London: Sage Publications.
- Bronfenbrenner & Morris. P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.
- Coimbra, J. C. (2005). A demanda nos processos de habilitação para adoção e a função dos dispositivos judiciais. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 5(2), 67-78.
- Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Dalbem, J. X. & Dell’Aglío, D. D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: Processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico*, 39(1), 33-40.
- Dell’Aglío, D. D., Borges, J. L. & Santos, S. S. (2004). Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos. *Interação*, 8(2), 191-198.
- Diniz, E. & Koller, S. H. (2010). O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. *Educar em Revista*, 36, 65-76.
- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 73-80.

- Eschiletti-Prati, L. E., Couto, M. C. P. P., Moura, A., Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Revisando a inserção ecológica: Uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-169.
- Fonseca, C. (2006). Da circulação de crianças à adoção internacional: Questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, 26, 11-43.
- Fonseca, C. (2008). Homoparentalidade: Novas luzes sobre o parentesco. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 769-783.
- Frizzo, K. R. (2008). Diário de campo. In E. Saforcada & J. C. Sarriera (Eds.), *Enfoques conceptuales y técnicos em psicología comunitaria* (pp. 165-171). Buenos Aires: Paidós.
- Fuentes, P. N. (2006). Elementos de estrés percibidos por las familias adoptivas internacionales durante el ajuste inicial y estrategias utilizadas para afrontarlos. Ponencia presentada en el Primer Fórum Internacional sobre Infancia y familia, Barcelona. Abstract retrived from http://www.ciimu.org/webs/foruminternacional/pdf_cast_abstract/fuentes.pdf
- Ghirardi, M. L. A. M. (2009). A devolução de crianças adotadas: Ruptura do laço familiar. *Pediatria Moderna*, 45(2), 66-70.
- Gleitman, I. & Savaya, R. (2011). Adjustment of adolescent adoptees: The role of age of adoption and exposure to pre-adoption stressors. *Children and Youth Services Review*, 33(5), 758-766.
- Groza V. & Ryan S.D. (2002). Pre-adoption stress and its association with child behavior in domestic special needs and international adoptions. *Psychoneuroendocrinology*, 27(1-2), 181-197.
- Harf, A., Taïeb, O. & Moro, M.R. (2007). Troubles du comportement externalisés à l'adolescence et adoptions internationales: Revue de la littérature. *L'Encéphale*, 33(3), 270-27.
- Jones, C. & Hackett, S. (2011). The role of 'family practices' and 'displays of family' in the creation of adoptive kinship. *British Journal of Social Work*, 41(1), 40-56. doi: 10.1093/bjsw/bcq017.
- Keyes, M. A., Sharma, A., Elkins, I. J., Iacono, W. G. & McGue, M. (2008). The mental health of US adolescents adopted in infancy. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 162(5), 419-425.

- Mariano, F. N. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.
- Maux, A. A. B. & Dutra, E. (2009). Do útero à adoção: A experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. *Estudos de Psicologia*, 14(2), 113-121.
- McGuinness, T. & Pallansch, L. (2007). Problem behavior of children adopted from the former Soviet Union. *Journal of Pediatric Health Care*, 21(3), 171-179.
- Ministério da Saúde (2007). *Resolução 196/96: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília. Retirado de <http://conselho.saúde.gov.br/>.
- Mohanty, J. & Newhill, C. (2006). Adjustment of international adoptees: Implications for practice and a future research agenda. *Children and Youth Services Review*, 28, 384-395.
- Ocón, J. D. (2008). Aspectos psicosociales de la adopción en Andalucía. *Papers: Revista de Sociología*, 87, 207-234.
- Palacios, J. (2007). Después de la adopción: Necesidades y niveles de apoyo. *Anuario de Psicología*, 38(2), 181-198.
- Palacios, J. & Sánchez, Y. S. (1996). Relaciones padres-hijos en familias adoptivas. *Anuario de Psicología*, 71, 87-105.
- Reinoso, M. & Forns, M. (2010). Stress, coping and personal strengths and difficulties in internationally adopted children in Spain. *Children and Youth Services Review*, 32(12), 1807-1813.
- Selman, P. (2009). The rise and fall of intercountry adoption in the 21st century. *International Social Work*, 52(2), 575–594.
- Siqueira, A. C., Betts, M. K. & Dell’Aglío, D. D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicología*, 40(2), 149-158.
- Van den Dries L., Juffer F., van IJzendoorn M. H. & Bakermans-Kranenburg M. J. (2009). Fostering security? A meta-analysis of attachment in adopted children. *Children and Youth Services Review*, 31(3), 410-421.
- Wagner, A., Mosmann, C. P., Dell’Aglío, D. D. & Falcke, D. (2010). *Família & Internet*. São Leopoldo: Sinodal.

- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Yngvesson, B. (2007). Parentesco reconfigurado no espaço da adoção. *Cadernos Pagu*, 29, 111-138.
- Yunes, M. A. M., Miranda, A. T. & Cuello, S. E. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Capítulo 4

Considerações finais

Os dois estudos aqui apresentados são, de certa forma, complementares, pois apesar de possuírem focos diferentes, abordam aspectos que se influenciam mutuamente, como os aspectos macrossistêmicos (os valores, crenças e práticas de cada cultura) e os relacionados aos microssistemas (processos proximais, características individuais facilitadores ou não das interações, etc.), e que ajudam na compreensão da adoção como um todo. Verificou-se que a forma como os adotantes significam e vivenciam o processo de adoção, bem como os valores e ideias presentes na sociedade, possuem um impacto nos processos de adoção aqui estudados. Isto aponta para uma inter-influência entre os vários níveis de contextos, ou seja, tanto as questões específicas de cada cultura, como as questões individuais de cada caso estavam ligadas em como cada adoção foi vivenciada e como as interações e relações foram se estabelecendo, influenciando na forma como os processos de adoção ocorreram.

Dessa forma, este estudo permitiu, por meio da Inserção Ecológica, conhecer o cotidiano das famílias estudadas durante o período de convivência para adoção. Através do acompanhamento das famílias, observaram-se diversos fatores favoráveis a promoção do estabelecimento de vínculos, garantindo o êxito no processo de adoção; como a presença da afetividade e a construção gradativa de relacionamentos duradouros, além de um empenho tanto da parte dos adotantes, como dos adotados na busca do estabelecimento de relações saudáveis e estando aberto ao diálogo e a se conhecerem. Esta construção do relacionamento e as interações competentes tiveram influência de aspectos do macrossistema. Assim, a maneira como a adoção é vista no Brasil e na Itália, e principalmente a maneira como a decisão da adoção se deu e o percurso para adoção, tiveram importância fundamental para o estabelecimento das interações no período de convivência, apontando para a complexidade do fenômeno da adoção.

Em relação aos aspectos macrossistêmicos especificamente, observou-se uma influência das leis de cada país, o que acabou direcionando a forma como a habilitação e orientação para adoção foram realizadas. No caso brasileiro pode-se apontar uma ausência de um processo de habilitação e orientação que se voltasse para uma melhor preparação para a adoção, o que deve ocorrer a despeito do casal já estar familiarizado com as crianças e com a questão adotiva. Assim, há de se repensar as políticas públicas e serviços de

adoção, com foco maior na preparação e suporte às famílias adotivas, o que já está colocado na Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009), mas na prática ainda há de ser implementado.

Além disso, averiguou-se que as crenças e práticas são vividas de maneira distintas nos processos de adoção nacional e internacional, principalmente no que diz respeito às motivações, habilitação, preparação e reflexão para a adoção. No entanto, apesar das diferenças, houve similaridades, como a importância do bem-estar da criança apontada pelos adotantes, atentando para as tendências atuais mundiais que buscam difundir uma nova cultura da adoção em que o foco é o bem-estar da criança (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Ebrahim, 2001).

Já no que diz respeito aos aspectos do Modelo bioecológico do PPCT, investigados no segundo estudo, observou-se que os processos proximais ocorridos no período de convivência que favoreciam uma adaptação à situação adotiva estavam relacionados às relações afetuosas, estáveis e contínuas. De acordo com Diniz e Koller (2010) estas relações podem contribuir para o enfrentamento e superação de mudanças ao longo do desenvolvimento, o que é essencial nos casos de adoção, uma vez que há uma mudança de contextos, configurando uma transição ecológica.

Outro fator importante para um processo proximal efetivo, diz respeito às experiências anteriores das crianças e adolescente adotados nos outros contextos, como na instituição de acolhimento e ao engajamento dos adotantes e adotados no processo de adoção. Apesar dessas boas relações das crianças em outros contextos em que estavam inseridas antes da adoção, a forma como a quebra de vínculo foi realizada no caso internacional pode ser questionada, uma vez que as crianças foram de certa forma impedidas de um desligamento mais gradual, já que não frequentavam a escola, nem podiam visitar a instituição.

Tendo em vista a perspectiva da Teoria bioecológica do desenvolvimento, faz-se importante destacar que os processos proximais vão se constituindo ao longo do tempo, sendo construídos de forma a garantir estabilidade e regularidade nas interações, colaborando para um maior engajamento nas atividades interacionais (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Talvez esse caráter de construção e aumento da complexidade das interações constatados nos casos tenha contribuído para que as adoções acompanhadas tenham se dado, em geral, de maneira bem sucedida.

Ademais, a Teoria bioecológica mostrou-se, tanto teórica como metodologicamente, propícia a este estudo, uma vez que possibilitou a visualização dos processos de interação e estabelecimento de vínculos, denominados processos proximais. Os processos aqui captados se deram por meio de uma convivência anterior a adoção de fato, de dois meses no caso internacional e cerca de oito meses no caso brasileiro, sendo importante este momento inicial de adaptação a uma situação nova, a adotiva, ainda que haja necessidade de maior apoio às famílias, como constatado. Outra fonte de análise com base na teoria foram as questões do macrosistema, que permearam todo o processo de adoção, desde as motivações e interesses na adoção, como a forma como lidar com a situação adotiva, influenciando diretamente os processos proximais.

Por fim, constata-se que os processos de adoção envolvem uma complexidade, na qual fazem parte uma inter-relação sistêmica entre questões simbólicas, como os valores, crenças e discursos presentes na sociedade; estruturais, como leis, regulamentos e procedimentos; e questões dos microsistemas, como a família, comunidade e interações pessoais, o que torna o período de convivência essencial para a construção dos relacionamentos, bem como para que se propicie a criação de estratégias de interação com vista em uma boa adaptação familiar. Por outro lado, cabe dizer que os aspectos macro da adoção, por se tratar de um fenômeno histórico, estão em permanente transformação, influenciando e sendo influenciados pelas pessoas por meio de suas vivências cotidianas.

Dessa forma, há de se pensar em políticas públicas que visem orientação e habilitação da adoção, buscando desenvolver aspectos da adoção promotores de um desenvolvimento saudável, bem como estratégias de conscientização da população relacionadas às questões da adoção. Isto pode promover uma reestruturação inovadora dos sistemas ecológicos, de maneira que ideologias e estruturas institucionais existentes possam ser repensadas, propiciando uma redefinição de valores, crenças, papéis e atividades que estão subjacentes a este processo.

Referências

- Brasil (2009). *Lei Nacional da Adoção*. Lei Federal nº 12.010.
- Bronfenbrenner, U. & Morris. P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 1*.

Theoretical models of human development (pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.

Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.

Diniz, E. & Koller, S. H. (2010). O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico, *Educar em Revista*, 36, 65-76.

Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 73-80.

Apêndices

Apêndice A – Pedido de autorização para pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO

Vitória, 19 de Agosto de 2010.

OF.Nº. 001

Assunto: Autorização para realização de pesquisa com crianças e adolescentes em Processo de Adoção nacional e internacional

Prezados Senhores,

Tendo em vista a realização do projeto de pesquisa “*A experiência de convivência em processos de adoção nacional e internacional*”, sob minha coordenação, solicito autorização para a aluna do curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo **Elisa Avellar Merçon de Vargas** realizar a coleta de dados na Vara de Infância e Juventude de Vitória. O período de coleta de dados compreenderá de setembro/2010 a março/2011.

Esse projeto tem por objetivo estudar a interação vivenciada por crianças e/ ou adolescentes e seus respectivos adotantes em processo de adoção nacional e internacional, por meio do acompanhamento do período de convivência de dois casos, sendo um de adoção internacional e um de adoção nacional.

Agradecemos antecipadamente a atenção, e nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida (E-mail: edinete@gmail.com).

Cordiais Saudações,

Edinete Maria Rosa
Professora Orientadora

Elisa Avellar Merçon de Vargas
Mestranda

Apêndice B – Roteiro de Entrevista sobre processo de habilitação e concepções de adoção

Caracterização

Nome:

Idade:

Nacionalidade:

Escolaridade:

Profissão:

Estado Civil:

Há quanto tempo:

Tem filhos?

Quantos?

Idades e sexo?

Naturais ou biológicos?

Obs. Se houver caso de adoção anterior, pedir para contar como foi.

Concepção e motivação para adoção

1. Fale-me um pouco sobre a motivação para a adoção. (Quando você pensou nisto pela primeira vez, como amadureceu a ideia, por que procurou a adoção, como procurou efetivar a ideia, teve dúvidas durante o processo?).
2. Quais os significados da adoção?
3. Tinha preferência por algum tipo de criança (quanto a sexo, idade, característica física, irmãos ou não)? Por quê?
4. Conhece alguma história de adoção? Como foi? Descreva.
5. Qual a reação/opinião das pessoas (familiares, colegas do trabalho, amigos, etc.) ao saberem da adoção (a seu respeito e a respeito da(s) criança(s)/adolescente(s))? E depois da convivência?
6. Como é adotar no seu país? Quais ideias percebem que estão presentes no país de origem?
7. *Porque a busca pela adoção no Brasil? (para estrangeiros)*

Processo de habilitação

8. Teve alguma habilitação anterior? Como foi? Descreva.
9. Como foi realizado o processo de habilitação para adoção?
10. Teve alguma instituição intermediadora? Como foi realizado o trabalho desta?

11. Houve algum tipo de preparação/ orientação para adoção? Se sim, como foi realizado? Se não, considera importante?
12. Quais as dificuldades no processo de adoção?
13. Quanto tempo esperou para a adoção?
14. Como chegou a notícia de que havia criança(s)/adolescente(s) para adoção?
Descreva um pouco como foi o recebimento desta notícia.

Apêndice C - Roteiro de Entrevista para o final do período de convivência

Interação

1. Conte-me como foi o encontro com a(s) criança(s)/adolescente(s).
2. Teve algum contato com a história de vida da(s) criança(s)/ adolescente(s) a ser(em) adotado(s)? Se sim, por qual meio? O que ouviu falar? Se não, gostaria de ter? (conhecer se ela teve contato com a família biológica, instituição de acolhimento, escola, etc.).
3. Como está sendo o período de convivência? Descreva.
4. Quais as atividades do dia-a-dia? Qual(is) foi(ram) a(s) experiência(s) mais marcante(s) no período de convivência.
5. Como avalia o período de convivência, no geral?
6. Como é a convivência com a(s) criança(s)/ adolescente(s)?
7. Como é a convivência com os irmãos (quando existentes)?
8. Como é a convivência com a família extensa?
9. Como é a convivência com a comunidade?
10. *Como acha que vai ser a convivência em outro país? (no caso de estrangeiros)*
11. O que facilitou a interação? Quais as características sua e da(s) criança(s)/adolescente(s) que facilitou(aram) a interação?
12. O que dificultou a interação? Quais as características sua e da(s) criança(s)/adolescente(s) que dificultou(aram) a interação?
13. O que, em sua opinião, facilita a sua adaptação e a da(s) criança(s)/adolescente(s) na situação de adoção? Quais são as características que facilita a adaptação?
14. O que dificulta sua adaptação e a da(s) criança(s)/adolescente(s)? Quais são as características que dificulta a adaptação?
15. Quais as estratégias usadas para lidar com as dificuldades?
16. Qual a importância do período de convivência para adoção?
17. Considera o tempo do período de convivência suficiente? Por quê?
18. Como vocês utilizaram este tempo?
19. Quais foram os espaços frequentados por vocês? Descreva-os. (instrumentos, frequência e satisfação ou insatisfação da(s) criança(s)/adolescente(s)). Buscar informações a respeito de:

Ambiente doméstico:

- uso do computador e da internet;
- acesso a brinquedos (quantidade e qualidade);
- quem era o cuidador;
- em qual local a(s) criança(s)/adolescente(s) dormia(m);

Outros ambientes: escola⁶, locais de lazer; igreja, etc.

- uso do computador e da internet;
- acesso a brinquedos (quantidade e qualidade);
- relações afetivas significativas e/ou conflituosas;
- tipos de lazer.

Avaliação do suporte

20. Tem recebido algum tipo de suporte por parte dos profissionais da justiça? Se sim, com que frequência? Qual tipo de suporte?
21. Como avalia este suporte?
22. Tem recebido algum outro tipo de suporte? Quais? Como avalia?
23. Recebeu alguma orientação por parte dos profissionais? Se sim, que tipo de orientação?
24. Procurou alguma vez os técnicos da VIJ? Se sim, por qual motivo? Como foi recebida a sua solicitação?

⁶ Somente para crianças em adoção nacional.

Apêndice D - Roteiro de Entrevista para criança a ser adotada

Caracterização:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Tem irmãos?

Quantos?

Idades?

Estão acolhidos? Onde?

Interação

Na família biológica

1. Viveu quanto tempo com a família biológica?
2. Quem compunha a família?
3. Tem contato com alguém da família biológica?
4. Como era a convivência familiar antes do acolhimento institucional?
5. Como era o dia-a-dia?
6. Qual o motivo do acolhimento institucional?

Na instituição de acolhimento

7. Quanto tempo ficou acolhido institucionalmente (abrigado)?
8. Como era a convivência com as outras crianças e adolescentes na instituição acolhedora?
9. Como era a convivência com os profissionais da instituição?
10. Quais eram as atividades do dia-a-dia na instituição?

No período de convivência

11. Como reagiu (pensou/sentiu) quando foi informado da adoção?
12. Como foi realizado o primeiro encontro com os pais adotivos?
13. Como se sentiu no primeiro encontro?
14. Como está sendo o período de convivência?
15. Como é a convivência com pai/mãe adotivos?

16. Como é a convivência com os irmãos (quando existentes)?
17. Como é a convivência com a família extensa?
18. Como é a convivência com a comunidade?
19. *Como acha que vai ser a convivência em outro país? (no caso de adoção internacional)*
20. Quais as atividades do dia-a-dia? Qual(is) foi(ram) a(s) experiência(s) mais marcante(s) no período de convivência.
21. O que facilitou a interação? Quais são as suas características que facilitam a interação?
22. O que dificultou a interação? Quais são as suas características que dificultam a interação?
23. O que facilita a sua adaptação a nova família? Quais as suas características que facilitam a adaptação?
24. O que dificulta sua adaptação? Quais as suas características que dificultam a adaptação?
25. Quais estratégias usadas para lidar com as dificuldades?
26. Como avalia o período de convivência?
27. Qual a importância do período de convivência para adoção?
28. Considera o tempo do período de convivência suficiente? Por quê?

Apêndice E - Roteiro de codificação das respostas das entrevistas

O Roteiro de Entrevista sobre processo de habilitação e concepções de adoção busca compreender o contexto em que os processos de adoção estão se dando, procurando entendê-lo em termos físicos, sociais e culturais. Está dividida em dois blocos:

- 1) Concepção e motivação para adoção – no qual se pretende apreender como se deu o processo de decisão pela adoção, bem como os motivos que levaram a procura desta, como foi a busca por informações e pela adoção de fato. Busca-se investigar se os adotantes possuem alguma restrição da(s) criança(s) e/ou adolescente(s) a serem adotados, possibilitando compreender o perfil dos adotantes e dos adotados buscados. Além disso, procura-se compreender quais são os significados atribuídos à adoção, como a concebem e se já tiveram contato com algum caso, visando entender se a adoção já esteve de alguma forma presente na vida dos adotantes, por meio de conhecidos ou mesmo familiares, e como esta foi vivenciada. E, ainda, procura-se entender os motivos que trouxeram os estrangeiros a adotarem especificamente no Brasil, como é a adoção no país de origem, quais as ideias presentes no contexto de adoção, bem como a forma como a adoção é realizada em seu país. Estas questões podem contribuir para elucidar diferentes macrosistemas, visto que este é composto pelo padrão global de ideologias, crenças, valores, religiões, formas de governo, culturas e subculturas.
- 2) Processo de habilitação – Pretende-se por meio deste bloco investigar o caminho percorrido para obtenção da habilitação para adoção, se já houve processos anteriores, e como foi realizado. Assim, procura-se entender como se deu o processo de habilitação em si, se diretamente na justiça ou intermediado por alguma instituição, se bem assistido, se houve algum grupo ou atendimento que desse suporte, se houve dificuldades e quais - no sentido de compreender como se desenvolveu o período de preparação pré-adoção. Ademais, busca-se entender quais os sentimentos envolvidos ao se receber a notícia de que a adoção se efetivará de fato.

O Roteiro de Entrevista para o final do período de convivência foca nos processos de interações entre as pessoas e seus ambientes envolvidas na adoção. Foi dividido também em dois blocos, os quais:

- 1) Interação – visa compreender como foi o encontro com a(s) criança(s) e/ou adolescente(s), se teve algum contato anterior com a história de vida deste(s) e por que meio. Além disso, pretende-se investigar como está sendo a convivência no novo ambiente e como o cotidiano está sendo organizado, observando os processos proximais que se dão nos microsistemas, como também a influência do mesossistema e exossistema. Busca-se também averiguar se houve muitas alterações e dificuldades na convivência; o que seria propiciador de uma boa interação e adaptação e o que pode atrapalhar, tanto pela parte dos adotantes como da(s) criança(s) e/ou adolescente(s) a serem adotados. Ainda, entender como são as estratégias utilizadas pela família para lidar com as dificuldades. Neste bloco objetiva-se apreender algumas características dos adotantes e das crianças, que podem ser de disposição, demanda e/ou recurso que estão atuando no contexto da

adoção, e compreender qual é a importância de um período de convivência antes que a adoção seja de fato efetivada.

- 2) Avaliação do suporte – Procura-se compreender, neste bloco, se há algum tipo de suporte disponível para os adotantes, tanto por parte dos profissionais da Justiça, quanto por outros meios, e como este suporte é avaliado. Ademais, busca-se também investigar se houve ou há algum tipo de orientação para o processo de adoção e se alguma vez sentiu necessidade de procurar os profissionais da Justiça, como foi esta procura, se houve o amparo esperado.

E o Roteiro de Entrevista para criança a ser adotada dividiu-se em três blocos que visam investigar as interações da(s) criança(s) e/ou adolescente(s) em diferentes momentos e ambientes, bem como a transição que se deu e/ou está ocorrendo de um período para o outro (como na família biológica, na instituição de acolhimento e no período de convivência). Busca-se investigar a influência para o desenvolvimento de mudanças e continuidades que acontecem no decorrer da vida. Os blocos são os seguintes:

- 1) Interação na família biológica – apreender como foi a vivência da(s) criança(s) e/ou adolescente(s) enquanto estava na família biológica, entender a configuração desta, se ainda há algum tipo de vínculo com algum membro, como era a convivência e o dia-a-dia, visando entender o contexto das interações antes do acolhimento institucional, e por que este ocorreu.
- 2) Interação na instituição de acolhimento – procura-se compreender quanto tempo esteve acolhido e como era a convivência com as pessoas na instituição, bem como o cotidiano, buscando entender como foi a transição da família biológica para a instituição e a vivência no tempo de acolhimento.
- 3) Interação no período de convivência – este bloco possui a finalidade de entender como foi o encontro com os pais adotivos, como está se dando a transição da instituição para a casa da família (ou lugar de hospedagem, no caso de adoção internacional). Compreender como está sendo a convivência neste período tanto com as pessoas no dia-a-dia, como com a comunidade e o novo contexto. Este bloco visa captar os processos proximais presentes nos microssistemas, como também a influência do mesossistema e exossistema. Busca-se, ainda, entender o que tem facilitado as interações e as dificuldades encontradas, bem como as estratégias utilizadas para lidar com estas dificuldades. Procura-se apreender algumas características da(s) criança(s) e/ou adolescente(s), que podem ser de disposição, demanda e/ou recurso que estão atuando no contexto da adoção. E, também, apreender se considera esse período antes da efetivação da adoção importante e proveitoso e por quê. No caso das adoções internacionais, busca-se investigar também como acha que será a transição para um país diferente.

Apêndice F - Modelo de Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo em participar da pesquisa abaixo discriminada nos seguintes termos:

Pesquisa: A Experiência de Convivência em Processos de Adoção Nacional e Internacional Pesquisador e responsável pela coleta dos dados: Elisa Avellar Merçon de Vargas Orientador: Profa. Dra. Edinete Maria Rosa Instituição: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
Justificativa e objetivo da pesquisa
A pesquisa tem como objetivo estudar os processos proximais vivenciada por crianças e/ ou adolescentes e seus respectivos adotantes em processo de adoção nacional e internacional.
Descrição dos procedimentos aos quais os participantes serão submetidos
Serão realizadas entrevistas e encontros com casais ou pessoas que estão em processo de adoção, um nacional e outro internacional, e as respectivas crianças e/ou adolescentes em processo de adoção pelos mesmos. Se os participantes concordarem, a entrevista será gravada. A participação é voluntária, estando o participante livre para interromper a entrevista em qualquer momento da pesquisa. Fica assegurado também que o participante não terá seu nome revelado e que as informações fornecidas são confidenciais.
Benefícios esperados
Os resultados da pesquisa serão divulgados em livros e artigos de Psicologia, contribuindo para a ampliação do que já se sabe sobre a interação e os aspectos psicossociais da Adoção nacional e internacional.

Telefone para contato: 3335-2501 (Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFES)

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome: _____

Documento: _____

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias.

_____	_____
Participante	Elisa Avellar Merçon de Vargas
Vitória, _____ de _____	de 2010

Apêndice G - Modelo de Termo de Consentimento em inglês

TERM OF AGREEMENT FOR PARTICIPANTION IN RESEARCH PROJECT

I agree to participate in the research described below, as follows:

Research: The Experience of Cohabitation in National and International Adoptions Processes Responsible Researcher for the Data Collection: Elisa Avellar Merçon de Vargas Supervisor: Profa. Dra. Edinete Maria Rosa Institution: Post-Graduate Program in Psychology - Federal University of Espírito Santo (UFES).
Justification and objective of the research The research aims to study the proximal processes experienced by children and/or adolescents and their adopters in the process of national and international adoption.
Description of the procedures to which participants will be submitted It will be proceeded interviews and meetings with couples or people who are in the process of adoption one national and one international, and their children and / or adolescents in the adoption process for them. If the participants agree, the interview will be recorded. Participation is voluntary, with the participant free to discontinue participation at any time of the research. It is also ensure that the participant will not have his name revealed and that the information provided is confidential.
Expected Benefits The search results will be disseminated in books and articles on Psychology, contributing to extending what is already know about the interaction and the psychosocial aspects of domestic and international adoption.

Contact Phone: +55 27 3335-2501 (Secretary of the Post-Graduate Program in Psychology – UFES)

IDENTIFICATION OF THE PARTICIPANT

Name: _____

Document: _____

Being so agree, sign the present term of commitment in two copies.

Participant

Elisa Avellar Merçon de Vargas

Vitória, _____, _____ 2010